

**Banco Industrial e Comercial S.A e empresas
controladas e assemelhadas**

Demonstrações financeiras
consolidadas em
30 de junho 2014

Conteúdo

Relatório da Administração 1º semestre de 2014	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 1º SEMESTRE DE 2014

Senhores Acionistas,

A Administração do Banco Industrial e Comercial S.A. (“BICBANCO”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras do Consolidado Prudencial, com o parecer dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2014. As demonstrações financeiras aqui retratadas estão em conformidade com as normas do Banco Central do Brasil (BACEN).



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas do
Banco Industrial e Comercial S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Industrial e Comercial S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de Junho de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas nas notas explicativas nº 2 e 3, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais - Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco. em 30 de junho de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações financeiras, que divulgam:

- a. As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da instituição para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.
- b. Por ser a primeira apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular n.º 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores a 30 de junho de 2014.

Contexto operacional

Conforme mencionado na nota explicativa n.º 1 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de outubro de 2013 o Banco informou aos seus acionistas minoritários e ao mercado em geral, entre outros assuntos, que os acionistas controladores diretos e indiretos celebraram,



naquela data, Contrato de Compra e Venda de Ações com o China Construction Bank - CCB, estabelecendo os termos e condições pelos quais o CCB se obriga a adquirir as ações dos acionistas controladores correspondentes a 72,00% do capital social total, sendo que as operações do Banco, no semestre findo em 30 de junho de 2014, foram conduzidas no contexto dessa transferência acionária, ocorrida em 29 de agosto de 2014. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 29a, o Banco possui créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social, cujo registro está condicionado à geração de lucros tributáveis futuros e ao atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução nº 3355/06 do Conselho Monetário Nacional. Vale ressaltar que o estudo de realização do crédito tributário foi elaborado a partir de premissas da Administração do Banco em 30 de junho de 2014 e não considerou eventuais alterações na estratégia de negócios do Banco que poderão ser implementadas com a mudança do seu controle acionário, conforme descrito na Nota Explicativa nº 36. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 17 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

Banco Industrial e Comercial S.A e empresas controladas e assemelhadas

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Bicbanco Prudencial		Nota	Bicbanco Prudencial
Ativo			Passivo		
Circulante		9.196.191	Passivo		
Disponibilidades	4a.	303.136	Circulante		7.451.903
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.051.065	Depósitos	17.	4.204.121
Aplicações no mercado aberto	4b.	937.318	Depósitos à vista		222.326
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	100.126	Depósitos de poupança		14.169
Aplicações em moedas estrangeiras	4d.	13.621	Depósitos interfinanceiros		123.732
Depósitos a prazo			Depósitos a prazo		3.843.894
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		417.823	Captações no Mercado Aberto	18.	90.997
Carteira própria	5b.	190.518	Carteira própria		90.997
Vinculados a operações compromissadas	5b.	43.012	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		649.496
Vinculados a prestação de garantias	5b.	107.092	Recursos de letras emitidas	18b.	564.757
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	77.201	Letras de crédito imobiliário		145.343
Relações Interfinanceiras		125.005	Letras de crédito de agronegócio		307.584
Pagamentos e recebimentos a liquidar		28.907	Letras financeiras		111.830
Depósitos no Banco Central	7.	96.094	Recursos de debêntures	20.	20.862
Correspondentes no país		4	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	61.584
Operações de Crédito		5.842.575	Emissões de não autorizadas	20a.	2.293
Operações de crédito	8.	6.254.123	Relações Interfinanceiras		7.755
Setor público		158.741	Recebimentos e pagamentos a liquidar		7.754
Setor privado		6.095.382	Correspondentes no país		1
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(411.548)	Relações Interdependências		66.155
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	(6.647)	Recursos em trânsito de terceiros		66.155
Arrendamentos a receber - setor privado		155.834	Obrigações por Empréstimos	21.	1.582.999
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(152.388)	Empréstimos no país		19.240
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(10.093)	Empréstimos no exterior		1.563.759
Outros Créditos		1.392.590	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	22.	40.657
Avais e fianças honrados		6.642	Ministério da Agricultura - FUNCAFE		25.541
Carteira de câmbio	10.	1.101.602	Ministério das Cidades		15.116
Rendas a receber		12.582	Obrigações por Repasses do Exterior	21.	338.776
Negociação e intermediação de valores		569	Instrumentos Financeiros Derivativos	6b.	1.380
Diversos	11.	329.330	Instrumentos financeiros derivativos		1.380
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(58.135)	Outras Obrigações		469.567
Outros Valores e Bens		70.644	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		15.889
Despesas antecipadas	12b.	70.644	Carteira de câmbio	10.	25.807
Realizável a Longo Prazo		5.413.971	Sociais e estatutárias		914
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		12.989	Fiscais e previdenciárias	23.	60.655
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4c.	12.989	Negociação e intermediação de valores		756
Titulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		1.437.252	Divida subordinada	26.	11.020
Carteira própria	5b.	968.557	Diversas	25.	340.217
Vinculados a operações compromissadas	5b.	122.877	Obrigações por cotas subordinadas - FIDC		14.309
Instrumentos financeiros derivativos	6b.	345.818	Exigível a Longo Prazo		6.021.353
Operações de Crédito		2.404.065	Depósitos	17a.	3.145.064
Operações de crédito	8.	2.634.194	Depósitos interfinanceiros		176.636
Setor público		103.896	Depósitos a prazo		2.968.428
Setor privado		2.530.298	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		968.464
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa	9.	(230.129)	Recursos de letras emitidas	18b.	141.044
Operações de Arrendamento Mercantil	8i.	(10.014)	Letras de crédito imobiliário		45.114
Arrendamentos a receber - setor privado		151.201	Letras de crédito de agronegócio		39.134
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil a receber		(151.201)	Letras financeiras		56.796
Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa		(10.014)	Recursos de aceites cambiais		197
Outros Créditos		1.144.310	Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	19.	827.223
Diversos	11.	1.146.257	Obrigações por Empréstimos	21.	4.720
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	9.	(1.947)	Empréstimos no exterior		4.720
Outros Valores e Bens		425.369	Obrigações por Repasses do Exterior	21.	195.262
Outros valores e bens	12a.	390.769	Outras Obrigações		1.707.843
Despesas antecipadas	12b.	62.701	Fiscais e previdenciárias	23.	627.644
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	12a.	(28.101)	Divida subordinada	26.	913.131
Permanente		629.096	Diversas	25.	59.473
Investimentos		3.072	Obrigações por cotas subordinadas - FIDC		107.595
Participações em controladas - no país	15.	853	Resultados de Exercícios Futuros	27.	26.752
Outros investimentos		2.709	Patrimônio Líquido	28.	1.739.250
Provisão para perdas em investimentos		(490)	Capital Social Realizado		1.975.540
Imobilizado de Uso	13b.	127.092	De domiciliados no país		1.797.194
Imóveis de uso		158.177	De domiciliados no exterior		178.346
Outras imobilizações de uso		41.391	Reservas de capital		2.589
Depreciações acumuladas		(72.476)	Reservas de lucros		39.884
Imobilizado de Arrendamento		432.449	Ajustes de avaliação patrimonial		(7.525)
Bens arrendados		576.592	Prejuízos acumulados		(216.133)
Superveniência de depreciação		148.323	(-) Ações em tesouraria		(55.105)
Depreciações acumuladas		(292.466)	Total do Passivo		15.239.258
Intangível	13c.	61.099			
Ativos intangíveis		113.371			
Amortização acumulada		(52.272)			
Diferido	13d.	5.384			
Gastos de organização e expansão		43.886			
Perdas em arrendamento a amortizar		8.566			
Amortização acumulada		(47.068)			
Total do Ativo		15.239.258			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Industrial e Comercial S.A e empresas controladas e assemelhadas

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação do capital social)

	Nota	Bicbanco Prudencial
Receitas da Intermediação Financeira		926.306
Operações de crédito	30a.	769.140
Operações de arrendamento mercantil		21.334
Resultado de títulos e valores mobiliários	30b.	134.642
Resultado de aplicações compulsórias		129
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		1.061
Despesas da Intermediação Financeira		(831.679)
Captação no mercado	30e.	(416.019)
Empréstimos, cessões e repasses	30f.	69.121
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	30c.	(152.605)
Resultado de câmbio	30d.	(25.473)
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		(168)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9a.	(306.535)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		94.627
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(292.223)
Receitas de prestação de serviços		36.081
Rendas de tarifas bancárias		13.706
Despesas de pessoal	30i.	(110.608)
Despesas tributárias	30k.	(29.722)
Resultado de participações em controladas	15.	(44)
Outras despesas administrativas	30j.	(96.488)
Outras receitas operacionais	30g.	33.470
Outras despesas operacionais	30h.	(138.618)
Resultado Operacional		(197.596)
Resultado não operacional	30l.	(20.103)
Resultado Antes da Tributação e Participações Sobre o Lucro		(217.699)
Imposto de renda	29c.	(10.453)
Contribuição social	29c.	(7.418)
Ativo fiscal diferido - Impostos e contribuições	29c.	104.622
Participações estatutárias no lucro		(7.867)
Prejuízo / Lucro Líquido do Semestre		(138.815)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A e empresas controladas e assemelhadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Consolidado

Semestres findos em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Aumento capital	Ações em Tesouraria	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
					Legal	Estatutária			
Saldos em 1º de janeiro de 2014		1.464.599		(57.507)	76.654	490.206	(11.617)	(93.353)	1.871.571
Pagamento de remuneração em ações		-	-	2.402	-	-	-	-	2.402
Aumento de capital com reservas		-	510.941	-	(66.660)	(460.316)	-	16.035	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	4.092	-	4.092
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	(138.815)	(138.815)
Saldos em 30 de junho de 2014		1.464.599	510.941	(55.105)	9.994	29.890	(7.525)	(216.133)	1.739.250
Mutações do semestre		-	-	2.402	(66.660)	(460.316)	4.092	(122.780)	(132.321)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A e empresas controladas e assemelhadas

Demonstrações dos fluxo de caixa - Método indireto

Semestres findos em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais)

	Bicbanco Prudencial
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	
Prejuízo Líquido	<u>(138.815)</u>
Ajustes ao Prejuízo Líquido	<u>407.375</u>
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	306.535
Depreciações e amortizações	59.257
Pagamento de remuneração em ações	2.402
Provisão outras	11.204
Provisão com processos cíveis, trabalhistas e fiscais	7.395
Resultado de participações em controladas	44
(Ganho) na venda de imobilizado	(36)
Perda na venda bens não de uso próprio	7.647
Superveniência/insuficiência	12.927
Lucro Líquido Ajustado	<u>268.560</u>
Redução em aplicações interf.de liquidez	10.100
Redução em tít.vals mob. e instr.fin.deriv.	226.369
(Aumento) em relações interfinanceiras e interdependencias	(70.205)
Redução em op. de cré.d e de arrend.merc.	320.960
(Aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(383.037)
Aumento em depósitos	304.338
Aumento em captações no mercado aberto	49.896
Redução em outras obrigações	(23.547)
Aumento em result. de exerc. futuros	6.556
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	<u>709.990</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(19.908)
Alienação de bens não de uso próprio	73.891
Alienação de imob. de uso e de arrendamento	35.228
Aquisição de bens não de uso próprio	(23.456)
Aquisição de imob. de uso e de arrendamento	(59.701)
Aplicação no intangível	(1.877)
Aplicação no diferido	(1.713)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	<u>2.464</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	
(Redução) em recursos de emissão de títulos	(260.543)
(Redução) em obrig. p/empr. e repasses	(381.601)
(Redução) em dívidas subordinadas	(28.303)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	<u>-670.447</u>
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>42.007</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.211.703
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1.253.710
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>42.007</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Industrial e Comercial S.A e empresas controladas e assemelhadas

Demonstrações do valor adicionado

Semestre findo em 30 de junho de 2014

(Em milhares de Reais)

	Bicbanco Prudencial
1. Receitas	<u>606.758</u>
1.1 Intermediação Financeira	926.306
1.2 Prestação de Serviços	49.787
1.3 Provisão p/devedores duvidosos - Reversão / (Constituição)	(306.535)
1.4 Outras	(62.800)
2. Despesas de Intermediação Financeira	<u>525.144</u>
3. Insumos Adquiridos de Terceiros	<u>103.435</u>
3.1 Materiais, energia e outros	18.869
3.2 Serviços de terceiros	40.288
3.3 Perda (Recuperação) de valores ativos	44.278
4. Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	<u>(21.821)</u>
5. Depreciação, amortização e exaustão	<u>16.686</u>
6. Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	<u>(38.507)</u>
7. Valor Adicionado Recebido em Transferência	<u>191</u>
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	(44)
7.2 Outras	235
8. Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	<u>(38.316)</u>
9. Distribuição do Valor Adicionado	<u>(38.316)</u>
9.1 Pessoal	<u>101.853</u>
9.1.1 Remuneração direta	85.447
9.1.2 Benefícios	11.019
9.1.3 F.G.T.S.	5.387
9.2 Impostos, taxas e contribuições	<u>(18.285)</u>
9.2.1 Federais	(25.699)
9.2.2 Estaduais	533
9.2.3 Municipais	6.881
9.3 Remuneração de capitais de terceiros	<u>16.931</u>
9.3.1 Alugueis	16.931
9.4 Remuneração de capitais próprios	<u>(138.815)</u>
9.4.3 Lucros / prejuizos retidos	(138.815)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Industrial e Comercial S.A. (BICBANCO) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 29 de dezembro de 1938 e autorizada pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações por meio das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e câmbio.

Por meio de empresas controladas direta e indiretamente atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários e administração de cartões de crédito e possui participação de 40% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de Factoring e Forfaiting, bem como possui operações de securitização de crédito através do controle operacional comum, conforme descrito no item 2 do art.3 da Resolução 4.280 de 31/10/2013.

Em 31 de outubro de 2013 o BICBANCO publicou Fato Relevante, através do qual informou aos acionistas da Companhia e ao mercado em geral, que os acionistas controladores diretos e indiretos da Companhia (os “Acionistas Vendedores”) encaminharam à Companhia um comunicado em que informam que foram celebrados, naquela data, Contrato de Compra e Venda de Ações entre os Acionistas Vendedores e o China Construction Bank-CCB (“Contrato”), o qual estabelece os termos e condições pelos quais o CCB se obriga a adquirir dos Acionistas Vendedores, de forma direta e indireta, 157.394.932 ações ordinárias e 24.702.582 ações preferenciais de emissão da Companhia, correspondentes a 72,00% do capital social total. O Fato relevante informa também sobre: preço de aquisição; condições precedentes incluindo aprovações regulatórias; descritivo sobre o CCB e condições da oferta pública de aquisição de ações (OPA) que será oportunamente conduzida após aprovação da CVM.

A reorganização societária, derivada da contratação de venda do controle acionário da Companhia, conforme informado através do Fato relevante de 01 de novembro de 2013, envolvendo a incorporação das Holdings “Gemini e Primus” pelo Banco foi aprovada em assembleias gerais extraordinárias realizadas no dia 22 de abril de 2014 e homologadas pelo Banco Central do Brasil em 22 de julho 2014. A reorganização societária promovida tem por objetivo a eliminação das Holdings Financeiras: Gemini Holding e Primus Holding, como condição precedente ao fechamento da transação de venda do controle acionário da Companhia. Como resultado prático da reorganização societária concluída, as ações ordinárias representativas de 98% do controle acionário majoritário foram transferidas à titularidade (propriedade) das pessoas físicas signatárias do acordo de acionistas vigente na data da Assembléia Geral. A incorporação das empresas Gemini Holding e Primus Holding pelo Banco ocorreu com base em valores contábeis, sem que ativos e passivos de quaisquer naturezas fossem transferidos para o Banco, não havendo assim nenhum impacto patrimonial favorável nem desfavorável aos acionistas minoritários da Companhia. A Administração da Companhia, entende que assim ficaram concluídas as condições precedentes registradas no Contrato de Compra e Venda de Ações firmado entre as partes com a anuência expressa da Companhia.

2 Apresentação das demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial do Banco Industrial e Comercial S.A (BICBANCO), foram elaboradas de acordo com a Resolução nº 4.280 de 31/10/2013 e Circular nº 3.701 de 13/03/2014, do BACEN e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Foram aplicados às definições e os critérios de avaliação e de reconhecimento de ativos, passivos, receitas e despesas previstos na regulamentação consubstanciada no COSIF. Para as entidades não sujeitas às normas do COSIF foram realizados os ajustes necessários para que a avaliação e o reconhecimento dos ativos, passivos, receitas e despesas possam refletir adequadamente a regulamentação requerida.

Conforme previsto no § 2º do art. 10, da Circular n.º 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, não estão sendo apresentadas as informações comparativas à essas demonstrações contábeis.

O Banco Industrial e Comercial S.A (BICBANCO) elabora suas demonstrações financeiras consolidadas e estão disponíveis no seu site em Relações com Investidores (www.bicbanco.com.br).

A emissão das Demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de agosto de 2014.

b. Demonstrações financeiras consolidadas

Conforme determinado no artigo 1º e 4º, da Resolução nº 4.280, de 31/10/2013, do CMN, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Industrial e Comercial S.A (BICBANCO), incluem a consolidação das entidades localizadas no país e no exterior, as empresas controladas direta ou indiretamente, os fundos de investimentos em direitos creditórios - FIDC's, as companhias securitizadoras de crédito e proporcionalmente o Empreendimento Controlado em Conjunto .

Os saldos patrimoniais e os resultados originados de transações entre as empresas foram eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

O quadro abaixo apresenta as empresas controladas direta ou indiretamente e coligada que foram consolidadas no Conglomerado Prudencial do Banco Industrial e Comercial S.A (BICBANCO).

Artigo 1º da Resolução nº 4.280	%
BIC Arrendamento Mercantil S.A.	100
BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	100
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	100
Bic Corretora de Câmbio e Valores S/A	11%

Artigo 4º da Resolução nº 4.280	%
BIC Administradora de Cartões de Crédito S/C Ltda.	100
BRASILFactors	40
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo I	100
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo II	100
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Aberto	100
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios BrasilFactors Crédito Corporativo	40
Fênix Securitizadora de Crédito Ltda	0,40

c. Reconciliação do patrimônio líquido e do resultado das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

	Jun/14
Resultado do período (múltiplo)	(143.337)
Ajustes de Consolidação	4.580
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas - 2014	(58)
Resultado do período (consolidado)	<u>(138.815)</u>
	Jun/14
Patrimônio líquido do período (múltiplo)	1.815.502
Ajustes de Consolidação	(76.032)
MTM de títulos e valores mobiliários de coligadas	(58)
MTM de títulos e valores mobiliários de controladas -exercício anterior	(162)
Patrimônio líquido do período (consolidado)	<u>1.739.250</u>

3 Principais práticas contábeis

a. Resultado das operações

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

b. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Itens significativos sujeitos a aplicação de estimativas e premissas incluem: a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários, a avaliação das contingências e obrigações, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos, inclusive ágio na aquisição de investimentos, e a avaliação dos instrumentos financeiros derivativos.

A liquidação das transações e os respectivos saldos contábeis apurados por meio da aplicação de estimativas poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes a esse processo. O BICBANCO revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentada em Real, moeda funcional e de apresentação do Consolidado Prudencial BICBANCO.

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço divulgada pelo BACEN, sendo as diferenças decorrentes de conversão de moeda reconhecidas no resultado do período.

Para a agência no exterior, por se tratar na essência de uma extensão das atividades do Brasil, os ativos, os passivos e os resultados, são adaptados às práticas contábeis utilizadas pelo BICBANCO e foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. O resultado da variação cambial é registrado nas contas contábeis que as originaram na demonstração do resultado.

d. Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

e. Ativos circulante e realizável a longo prazo

e.1 Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e.2 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários

Conforme estabelecido pela Circular nº 3.068/01 do BACEN, os títulos e valores mobiliários, são assim classificados e avaliados:

- **Títulos para negociação** - títulos e valores mobiliários adquiridos com o intuito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação, nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - títulos e valores mobiliários, em que a Administração declara a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

e.3 Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

e.4 Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 06 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em contas patrimoniais. A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela referida Resolução, conforme demonstrado na Nota 9c - Composição da provisão por níveis de risco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

e.5 Bens não de uso

Os bens não de uso próprio são registrados com base em laudo de avaliação elaborados por empresas especializadas. A data base deste registro é a do efetivo recebimento do bem e, conseqüentemente, da liquidação da operação. Os lucros ou prejuízos apurados nas vendas são reconhecidos no resultado do período. Os bens não de uso próprio estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou quando há indicação de desvalorização.

e.6 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São apresentados pelo valor líquido de realização.

f. Permanente

- f.1** Os investimentos em controladas, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. O ágio apurado na aquisição de investimento, decorrente de expectativa de rentabilidade futura, é amortizado pelo montante equivalente ao resultado auferido pela empresa adquirida.
- f.2** O imobilizado de uso, demonstrado ao custo de aquisição, é depreciado linearmente com base em taxas anuais em função da expectativa da vida útil estimada dos bens, como segue: imóveis: 04%, móveis, utensílios, sistemas de comunicações e instalações: 10%; e, sistema de processamento de dados e veículos: 20%.
- f.3** No ativo intangível, estão registrados os valores relativos a softwares, demonstrado ao custo, que é amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano.

f.4 O ativo diferido é composto por gastos com aquisição e desenvolvimento logísticos incorridos até 31 de dezembro 2008 e benfeitorias em imóveis de terceiros, relativos à instalação e manutenção de agências, com amortização à taxa anual de 20% ou pelos prazos dos contratos de locação. De acordo com a Resolução nº 3.617/08 do BACEN estes gastos não poderão mais ser diferidos e o saldo remanescente deverá ser mantido até a sua efetiva baixa.

g. Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicáveis, os encargos e as variações monetárias (em base “pro rata”) e cambiais auferidas.

O imposto de renda e a contribuição social são registrados na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e previdenciárias", e são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos estão registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos". “Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias”, e os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e prejuízos fiscais estão registrados em “Outros Créditos - Diversos”.

h. Contingências e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com critérios definidos pela Resolução do CMN nº. 3.823/09.

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de decisão judicial favorável, sobre a qual não se admitam recursos, caracterizados como praticamente certo. Os ativos com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24). O BICBANCO não possui ativos contingentes de êxito provável.
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos contabilmente quando a Administração, assessorada pelos consultores jurídicos, avalia a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificados como possível são apenas divulgados em nota explicativa (nota 24).
- **Obrigações legais:** Estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

i. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessão de Crédito

A baixa de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais do fluxo de caixa se expiram ou quando ocorre a venda ou transferência do mesmo.

Conforme estabelecido pela Resolução nº 3.533/08 do BACEN, a venda ou transferência de um ativo financeiro é classificada em três categorias:

- **Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:** São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda incondicional de ativo financeiro; (II) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e, (III) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer.

- **Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:** São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (I) venda de ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (II) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (III) venda de ativo financeiro em conjunto com *swap* de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao vendedor ou cedente; (IV) venda de ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; (V) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador.
- **Operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios:** São classificadas as operações em que o vendedor ou cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, a comparação da exposição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

4 Disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Disponibilidades

	Jun/14
Caixa	6.058
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras (*)	297.078
Total	<u>303.136</u>

(*) Do total dos depósitos no exterior em moedas estrangeiras, o montante de R\$ 246.990 é remunerado à taxa média de 0,08% a.a.

b. Aplicações no mercado aberto

Vencimento	Jun/14
Até 30 dias	937.318
Total	<u>937.318</u>

c. Aplicações em depósitos interfinanceiros

Vencimento	Jun/14
Até 30 dias	2.913
De 31 a 90 dias	46.613
De 91 a 360 dias	50.600
Acima de 360 dias	12.989
Total	<u>113.115</u>

d. Aplicações em moedas estrangeiras

Vencimento	Jun/14
Até 30 dias	13.621
Total	<u>13.621</u>

5 Títulos e valores mobiliários

a. Política de atuação

Os títulos e valores mobiliários são avaliados, quanto à sua destinação, por ocasião das aquisições e a carteira formada é avaliada a cada balanço semestral. Para os títulos mantidos até o vencimento a Administração declara a intenção e capacidade financeira para manutenção até o vencimento.

b. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por tipo e categoria

	Jun/14						
	Sem vencto.	Até 90 dias	91 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total contábil	Custo corrigido	Valor de mercado
Títulos para negociação	14.385	28.831	6.240	110.884	160.340	150.450	160.340
Carteira própria	14.385	1.592	6.240	110.884	133.101	123.210	133.101
Letras Financeiras Tesouro	-	-	-	66.376	66.376	66.376	66.376
Notas do Tesouro Nacional - B	-	-	6.240	-	6.240	6.261	6.240
Notas do Tesouro Nacional - C	-	-	-	43	43	41	43
Debêntures	-	-	-	44.465	44.465	36.124	44.465
Fundos	12.815	-	-	-	12.815	12.815	12.815
Carteira de renda variável	1.570	-	-	-	1.570	1	1.570
Eurobonds	-	1.592	-	-	1.592	1.592	1.592
Vinculados a prestação de garantias	-	27.239	-	-	27.239	27.240	27.239
Letras Financeiras Tesouro	-	27.239	-	-	27.239	27.240	27.239
Títulos disponíveis para venda	-	124.701	43.639	989.517	1.157.857	1.170.400	1.157.857
Carteira própria	-	9.839	35.636	866.640	912.115	922.626	912.115
NTN - B	-	9.839	35.636	866.640	912.115	922.626	912.115
Vinculados a compromissadas	-	43.012	-	122.877	165.889	167.304	165.889
NTN - B	-	43.012	-	122.877	165.889	167.304	165.889
Vinculados a prestação de garantias	-	71.850	8.003	-	79.853	80.470	79.853
NTN - B	-	71.850	8.003	-	79.853	80.470	79.853
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	113.859	113.859	91.064	78.297
Carteira própria	-	-	-	113.859	113.859	91.064	78.297
NTN - B	-	-	-	79.121	79.121	79.121	76.140
Cotas - FIDC	-	-	-	22.795	22.795	-	-
Eurobonds	-	-	-	11.943	11.943	11.943	2.157
Total em Jun/2014	14.385	153.532	49.879	1.214.260	1.432.056	1.411.914	1.396.494

(*) Total de operações vinculadas à prestação de garantias R\$ 107.092 sendo que o montante de R\$ 74.537 refere-se à margem depositada em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, conforme nota 6b5.

Os títulos públicos estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) do BACEN, e os títulos privados na CETIP S.A. As ações estão registradas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC). Os títulos no exterior - *Eurobonds*, estão custodiados na *Centrale de Livraison de Valuers Mobilières - Luxembourg* (CEDEL). As cotas do FIDC são controladas pelos Administradores dos Fundos.

O valor de mercado dos títulos públicos foi apurado com base nos preços unitários, divulgados pela ANBIMA na data de balanço.

As ações que compõem a carteira de renda variável foram ajustadas com base na cotação média de negociação no último dia útil ou na ausência deste, na última cotação disponível. Os demais títulos no país foram ajustados a valor de mercado com base nas taxas referenciais da BM&FBOVESPA e, o valor das cotas de fundos de investimento pelo valor da cota na data do balanço divulgado pelo administrador.

c. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários por indexador

Título	Jun/14					Total
	Dólar	Selic	CDI	IPCA	Outros	
Ações	-	-	-	-	1.570	1.570
Debêntures	-	-	44.465	-	-	44.465
Fundos	12.815	-	-	-	22.795	35.610
Eurobonds	13.535	-	-	-	-	13.535
L.F.T	-	93.615	-	-	-	93.615
N.T.N-B	-	-	-	1.243.218	-	1.243.218
N.T.N-C	-	-	-	-	43	43
Total	26.350	93.615	44.465	1.243.218	24.408	1.432.056

6 Carteira de instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros

O valor contábil dos instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais aproxima-se do valor que se poderia obter por meio de negociação em mercado ativo ou, na ausência deste, aproxima-se do valor presente dos fluxos de caixa ajustados pela taxa de juros vigente no mercado, exceto operações de arrendamento mercantil.

Os valores de mercado estimados em 30 de Junho de 2014 foram determinados utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologia usual de apreçamento: avaliação do valor nominal até a data do vencimento e descontado a valor presente às taxas de mercado futuro, publicados nos boletins da BM&FBOVESPA ou outras fontes de mercado.

Estas estimativas do valor justo apresentadas não são necessariamente indicativos de valores que o BICBANCO e suas controladas poderiam realizar no mercado. A utilização de diferentes hipóteses ou metodologias de avaliação pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento na interpretação das informações de mercado e sua liquidez.

Os principais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim apresentados:

	Jun/14	
	Valor contábil	Valor justo
Ativos		
Títulos e valores mobiliários	1.432.056	1.396.494
Derivativos	423.019	423.019
Operações de crédito e arrendamento mercantil	10.658.583	10.487.984
Passivos		
Depósitos interfinanceiros	300.368	300.516
Depósitos a prazo	6.812.322	7.077.137
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	886.169	889.325
Debêntures	20.862	20.862
Derivativos	1.380	1.380
Dívidas subordinadas	918.330	1.037.623

As operações de crédito tiveram seus valores de mercado calculados a partir de indicadores disponíveis no mercado de acordo com a característica de cada operação.

O valor de mercado, dos depósitos interfinanceiros, dos depósitos a prazo prefixados e debêntures, foi calculado por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros das operações, com base nas taxas de juros de mercado divulgadas pela BM&FBOVESPA.

As operações passivas de títulos e valores mobiliários emitidos no exterior e as dívidas subordinadas tiveram seus valores de mercado calculados a partir dos valores divulgados e disponíveis na Bloomberg.

b. Derivativos

b.1 Política de utilização

O BICBANCO realiza operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos de modo a minimizar os riscos resultantes das operações financeiras. Seu objetivo é o de obter a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos do conglomerado. Para cumprir essa finalidade o Banco utiliza operações de hedge como uma proteção do fluxo de caixa e para mitigar a variabilidade das exposições.

Os derivativos negociados são adquiridos para duas funções básicas:

- **Trading** - como instrumento para assumir posições proprietárias e de gestão de riscos dos derivativos negociados com clientes que visam administrar riscos de mercado resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio e preços de ativos.
- **Hedge** - para realização de *hedge* de portfólio estrutural.

Os derivativos que compõem a carteira de negociação ou *Trading Book* têm seus riscos mensurados, possuem limites e estratégias próprias que englobam todas as operações destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. Estrategicamente os limites da Carteira *Trading* são bastante inferiores aos da carteira *Banking* e não há posicionamento direcional que venha a ser admitido além dos definidos pela Política. Nas operações com clientes, são imediatamente avaliadas as condições de *hedge* com outra contraparte, auferindo o Banco receita somente como intermediário. O cálculo de risco para esta carteira é efetuado diariamente e reportado ao Comitê de Tesouraria. Eventuais rompimentos dos limites estabelecidos são prontamente avaliados e necessariamente originam medidas de contenção.

Para a carteira *Banking*, o Banco utiliza o *hedge* como uma estratégia defensiva que busca evitar o risco provocado pela variação de preços e taxas em determinadas posições assumidas ou futuras, mediante a compensação entre os resultados produzidos pelos itens objetos e os instrumentos financeiros utilizados na proteção. Ao evitar a perda, o *hedge* também anula a possibilidade de ganho, sendo seu objetivo econômico a transferência dos riscos inerentes às operações para outro agente com posição oposta.

O instrumento financeiro derivativo é amplamente utilizado para proteger as posições ativas e passivas, compromissos assumidos e transações futuras, tanto para variações provocadas por alterações nas taxas de juros, câmbio e preços como para garantir a realização de fluxos de caixa projetados.

Os derivativos desempenham função fundamental no gerenciamento e controle de riscos, na medida em que compatibilizam os riscos com maior eficácia. Os derivativos possibilitam o apreçamento dos itens objetos de negociação e a redistribuição dos principais riscos inerentes, propiciando a movimentação de capitais entre os diversos mercados e criando novas oportunidades de negócios como consequente aumento e diversificação de carteiras.

Os contratos de derivativos negociados com clientes, no Brasil, são de operações de *Swap* e Mercado Futuro, todas registradas na BM&FBOVESPA S.A. - BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS (BM&FBOVESPA) ou na CETIP. Os contratos futuros de DI e dólar da BM&FBOVESPA são utilizados principalmente como instrumentos de *hedge* para mitigação do risco cambial e do investimento da Agência de Cayman e para trava de taxas de financiamentos oferecidos a clientes por prazos ou moedas descasados com os dos recursos utilizados para este fim. No exterior, são realizadas operações com contratos derivativos NDF (*Non Deliverable Forward*) com o objetivo de *hedge* das captações no exterior.

b.2 *Proteção das Exposições Cambiais*

O BICBANCO efetua operações de *Swap* e NDF para fins de *hedge* de suas obrigações com títulos emitidos no exterior com o objetivo de proteger o risco de variação cambial e *cupom* das operações, se resguardando das oscilações cambiais através da utilização de *hedge* econômico para essas operações.

b.3 *Gerenciamento de risco*

O BICBANCO opera com instrumentos financeiros derivativos como parte do elenco de produtos oferecidos aos seus clientes e para atender a sua própria necessidade, relacionada com o gerenciamento de riscos de mercado, que decorrem, basicamente, de normais descasamentos entre moedas, taxas de juros, indexadores e prazos de suas operações ativas e passivas. Os instrumentos financeiros derivativos representam compromissos futuros de troca de moeda ou indexador, ou compra e venda de ativos financeiros em datas e condições previamente determinadas em contrato.

O Banco adota uma política de minimização da exposição ao risco de mercado em consonância com sua principal atuação de negócios que é a concessão de crédito. O gerenciamento dos riscos é exercido diretamente pelos Comitês por meio de instrumentos devidamente testados e avaliados.

A estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação cambial. Para alcançar essa finalidade, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por intermédio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

b.4 *Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado*

Os principais fatores de risco dos derivativos assumidos em 30 de junho de 2014 eram relacionados à taxa de câmbio, taxa de juros, *cupom* de dólar e renda variável, e visam maximizar as relações risco e retorno, mesmo em situações de grande volatilidade. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se das métricas VaR, Rentabilidade e Risco de Liquidez.

b.5 Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Normalmente, os preços cotados em bolsa são os melhores parâmetros de valor justo dos Instrumentos Financeiros. No entanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou mesmo cotações, sendo necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas de apreamento. Para a obtenção destes valores de mercado, são adotados os seguintes critérios:

- **Futuros e Termo:** cotações em bolsas;
- **Swap:** estima-se o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontadas a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nos preços da BM&FBOVESPA, e/ou nos preços de mercado dos títulos públicos para as operações do Brasil, e nos preços das bolsas internacionais para as operações realizadas no exterior, quando aplicável;
- **Opções:** modelos estatísticos que incorporam o comportamento da volatilidade do preço do ativo objeto, as taxas de juros, o preço de exercício e o preço *spot* da mercadoria.

b.6 Registro dos valores

Os saldos decorrentes dessas operações são registrados em conta de compensação e patrimonial, conforme regra específica do BACEN.

Contabilmente, os instrumentos derivativos são classificados, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme a Circular nº 3.082/02 do BACEN e suas atualizações posteriores.

As operações que utilizam instrumentos financeiros, efetuadas por solicitação de clientes, ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco), são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Especificamente, para o Hedge de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

O resultado das referidas operações encontra-se demonstrado na nota 30.c.

As operações em aberto em 30 de junho de 2014 apresentam as seguintes características:

	<u>Valor de referência</u>					
	<u>Posição líquida de contratos Ativos e (Passivos)</u>					
	Diferencial a receber	Diferencial a pagar	A vencer até 03 meses	A vencer de 03 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
Contratos de Swap						
Mercado Interfinanceiro	3.605	75	23.075	(238.540)	(1.102.830)	(1.318.295)
Moeda Estrangeira	363.442	-	(29.669)	195.354	1.095.485	1.261.170
Ações BICB4 (vide nota 36.f.)	13.386	-	7.054	43.619	8.502	59.175
Prê	-	7	(460)	(433)	(1.157)	(2.050)
Subtotal	380.433	82	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado	38.158	(6)	-	-	-	-
Total	418.591	76	-	-	-	-
Contratos de Termo/NDF						
Compra de Termo/NDF	234	1.259	-	-	-	-
Venda de Termo/NDF	4.194	3	-	-	-	-
Subtotal	4.428	1.262	-	-	-	-
Venda de Opções Flexíveis	-	42	-	-	-	-
Subtotal	-	42	-	-	-	-
Total	423.019	1.380	-	-	-	-
Contratos Futuros						
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	-	(72.970)	(452.883)	(262.872)	(788.725)
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	-	3.317	97.094	-	100.411
Venda - DDI - Cupom Cambial	-	-	(13.210)	-	-	(13.210)
Compra - Moeda Estrangeira	-	-	12.907	-	-	12.907
Venda - Moeda Estrangeira	-	-	(133.453)	-	-	(133.453)

As operações de “swap” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA e na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, os ajustes referentes à diferença a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, em contrapartida de receita ou despesa. As operações de “mercado futuro” encontram-se registradas na BM&FBOVESPA, os ajustes apropriados/pagos diariamente são contabilizados como receita ou despesa.

O montante das margens depositadas em garantia das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos tem a seguinte composição:

Título	<u>Jun/14</u>		
	Vencimento	Valor contábil	Valor justo
N.T.N-B	15/08/2014	71.850	71.850
L.F.T.	07/09/2014	2.687	2.687
Total		74.537	74.537

b.7 Sensibilidade - Informações qualitativas e quantitativas sobre Instrumentos Financeiros Derivativos

A avaliação de sensibilidade envolve o conjunto de operações e instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais detidas com o intuito de administrar a exposição a riscos de mercado e protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. O Comitê de Tesouraria define um conjunto de cenários que contém uma determinada combinação de preços e taxas de juros em ambiente de crise e levada à área de gestão de riscos para simulação.

Na elaboração do quadro de sensibilidade demonstrado abaixo, foram adotados os seguintes procedimentos:

- (i) Cálculo, em cada um dos cenários, dos valores da carteira de negociação (*Trading Book*) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio e seus respectivos *hedges* (*Banking Book*);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, opção pela direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicação de aumento ou redução definido;
- (iii) Por fim, obtenção dos resultados das perdas relativas ao cenário hipotético em questão.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado do BICBANCO e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Resumo das premissas para cada um dos cenários:

Escolheu-se para cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda para cada fator de risco. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 *basis points* significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas ou preços vigentes.

- **Cenário 01:** Situação provável, que reflete a percepção do BICBANCO em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de 03 meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, ANBIMA, CETIP, etc.).
- **Cenário 02:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.
- **Cenário 03:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 30.06.2014, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Carteira Trading - Premissas para fatores de Risco

	Curva de Juros (Pré)	Curva de Cupom Cambial	Dólar à Vista	Inflação
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+)1.000 basis points	deslocamento paralelo de (+)1.000 basis points	acréscimo de 10%	aumento de 10%
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+)2.500 basis points	deslocamento paralelo de (+)2.500 basis points	acréscimo de 25%	aumento de 25%
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points	deslocamento paralelo de (+)5.000 basis points	acréscimo de 50%	aumento de 50%

Os cenários apresentados na tabela acima referente à Carteira *Trading* refletem situação de deterioração das expectativas macroeconômicas: as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, e o câmbio sofre grandes oscilações.

Os cenários adotados para a Carteira *Banking* encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre alta, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem elevação, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Banking - Premissas para fatores de Risco

	Curva de Juros (Pré)	Curva de Cupom Cambial	Dólar à Vista	Bolsa BM&F BOVESPA	Inflação
Cenário 01	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 1.000 basis points	acréscimo de 10%	queda de 10%	alta de 10%
Cenário 02	deslocamento paralelo de (+) 2.500 basis points	deslocamento paralelo de (+) 2.500 basis points	acréscimo de 25%	queda de 25%	alta de 25%
Cenário 03	deslocamento paralelo de (+) 5.000 basis points	deslocamento paralelo de (+) 5.000 basis points	acréscimo de 50%	queda de 50%	alta de 50%

Os resultados das perdas constam do quadro a seguir e foram calculadas nos cenários definidos por fator de risco, para as carteiras (*Trading e Banking*).

Carteira Trading - Resultados para os Fatores de Risco - R\$ mil

Fatores de risco	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
US\$ e Cupom de US\$	(617)	(1.546)	(3.098)
Taxa Prefixada em Reais	(703)	(1.724)	(3.343)
Inflação	0	0	(1)
Perda Total	(1.320)	(3.270)	(6.442)

Carteira Banking - Resultados para os Fatores de Risco - R\$ mil

Fatores de Risco	Cenário 01	Cenário 02	Cenário 03
US\$ e Cupom de US\$	(45.899)	(115.987)	(235.919)
Taxa Prefixada em Reais	(73.517)	(178.122)	(338.831)
Ações e Índices	(157)	(393)	(786)
Inflação	(12.508)	(30.834)	(60.263)
Perda Total	(132.081)	(325.336)	(635.799)

São fatores de riscos:

- **Cupom de US\$** - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.
- **Taxa pré-fixada em Reais** - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Reais.
- **Ações e Índices** - Compreendem as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- **Inflação** - Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 95%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para o Banco. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira *Banking*, em sua grande maioria, segue a curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira *Trading* que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente à carteira *banking* podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa, por exemplo, que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI. Note-se que o cenário da posição *banking* poderia ter sido projetado para quaisquer sentidos que trouxessem maior perda, como por exemplo com aumento da taxa de juros e queda da inflação, o que contraria o senso comum.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições, o que contradiz a determinação do Banco em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento (*held to maturity*), o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

7 Relações interfinanceiras - Depósitos no BACEN

	Jun/14
Compulsório sobre depósito à vista	86.906
Compulsório sobre depósito de poupança (*)	7.935
Direcionamento de micro finanças	1.253
Total	<u>96.094</u>

(*) O valor da remuneração sobre os créditos vinculados a depósitos no BACEN está divulgado na nota 30g.

8 Operações de crédito

a. Diversificação por tipo de operação

Modalidade	Jun/14
Capital de giro e descontos	5.311.088
Contas garantidas	758.900
Crédito pessoal consignado	800.496
Comprar	9.537
Cheque empresarial	56.880
Financiamentos à importação	480.492
Financiamentos à exportação	583.093
Financiamentos rurais e agroindustriais	59.337
Financiamentos imobiliários e habitacionais	2.047
Financiamento de máquinas e veículos pesados	106.766
Resolução nº 2.770 - repasses	6.638
Vendor	3.110
Crédito a pessoas físicas	341.181
Outros	368.752
Operações de crédito	<u>8.888.317</u>
Fiança honrada	6.642
Devedores por compra de valores e bens	154.615
Créditos adquiridos	3.966
Títulos e créditos a receber	178.125
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (*)	1.105.046
Outros créditos	<u>1.448.394</u>
Operações de arrendamento mercantil	321.872
Total	<u>10.658.583</u>

(*) As operações de adiantamentos sobre contrato de câmbio estão registradas no balanço na rubrica “Outras Obrigações - Carteira de câmbio”, acrescidas das rendas a receber sobre adiantamentos concedidos, que se encontram na rubrica “Outros Créditos - Carteira de câmbio”. Para fins de apresentação desta nota, os dois valores estão apresentados como “Outros créditos”.

b. Diversificação por setor de atividade

	Jun/14
Setor Público	262.637
Estadual	259.364
Municipal	3.273
Setor Privado	9.200.033
Agronegócio	284.482
Indústria	4.342.719
- Construção civil - empreiteiras	852.398
- Usina de açúcar e álcool	723.463
- Incorporadoras	449.935
- Produção de farinha, massa, bolos e biscoitos	171.475
- Abate de animais e inds. carne	150.978
- Indústria química e petroquímica	234.858
- Produção metalúrgica e mecânica	201.461
- Produção de eletroeletrônicos	66.783
- Produção de papel e celulose	186.538
- Produção de adubos, fertilizantes e inseticidas	90.545
- Indústria de bebidas em geral	110.392
- Indústria de materiais para construção	123.516
- Produção de canos e artefatos de ferro	126.350
- Produção de veículos, carrocerias e outros	137.080
- Produção de embalagens plásticas	79.600
- Produção de fios e tecidos	87.330
- Produção de calçados e artigos couro	71.830
- Indústria de fumo	66.565
- Extração vegetal e mineral	78.749
- Serviços de artes gráficas	47.419
- Indústria de confecções	60.555
- Produção de móveis	26.808
- Indústria de brinquedos	-
- Outros	198.091
Comércio	1.541.580
- Supermercados e atacadistas	312.449
- Concessionárias e comércio de veículos	221.745
- Comércio de outros produtos químicos	63.193
- Comércio de produtos agropecuários	83.457
- Comércio de medicamentos	75.908
- Comércio de eletroeletrônicos	226.113
- Comércio de roupas e tecidos	81.617
- Comércio de máquinas e equipamentos	78.165
- Empresas - <i>Trading Companies</i>	91.719
- Comércio de derivados de petróleo	86.350
- Comércio de móveis e artigos para decoração	49.772
- Comércio de produtos metalúrgicos	4.759
- Comércio de materiais para construção	60.822
- Comércio de livros, revistas e jornais	4.500
- Importação e exportação de produtos alimentícios	19.752
- Comércio de calçados e artigos de couro	263
- Comércio de armarinhos em geral	81
- Outros	80.915
Intermediários financeiros	94.783
Outros serviços	2.936.469
- Serviços médicos e odontológicos	284.077
- Serviços técnicos e profissionais	336.510
- Transportes de passageiros e cargas	379.328
- Empresas - <i>Holdings</i> em geral	527.667
- Serviços de utilidade pública	91.687
- Serviços de locação em geral	218.742
- Distribuição de energia	128.183
- Ensino de 1º, 2º grau e superior	72.019
- Serviços de comunicação e diversão	39.105
- Serviços de reparação, manutenção e instalação	63.206
- Associações desportivas	48.648
- Associações e sindicatos	15.995
- Serviços de armazenagem	38.462
- Serviços de limpeza, conservação e vigilância	26.711
- Serviços de hospedagem	12.734
- Cooperativas de produção	25.505
- Serviços metalúrgicos	52.402
- Serviços de telefonia	21.635
- Administração de cartões	28.670
- Serviço de processamento de dados	1.066
- Outros	524.117
Pessoas físicas	1.195.913
Total	10.658.583

c. Diversificação por prazos - por parcela

	Jun/14	%
Setor Público		
Até 03 meses	51.366	0,48
De 03 meses até 01 ano	103.447	0,97
Acima de 01 ano	103.896	0,97
Vencidos a partir de 15 dias	3.929	0,04
Setor Privado		
Até 03 meses	3.444.318	32,31
De 03 meses até 01 ano	3.829.331	35,93
Acima de 01 ano	2.811.914	26,38
Vencidos a partir de 15 dias	310.382	2,92
Total	<u>10.658.583</u>	<u>100,00</u>

d. Diversificação por indexador

Tipo de Operação	Bicbanco Consolidado					Jun/14
	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Operações de Crédito	1.921.295	6.444.262	23.911	1.592.176	11.719	9.993.363
Arrendamento Mercantil	32.250	289.622	-	-	-	321.872
Outros	240.856	82.803	174	-	19.515	343.348
Total	<u>2.194.401</u>	<u>6.816.687</u>	<u>24.085</u>	<u>1.592.176</u>	<u>31.234</u>	<u>10.658.583</u>

(*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP e IGPM.

e. Distribuição geográfica

	Jun/14	
	R\$	%
Região norte	90.743	0,84
Região nordeste	2.161.406	19,97
Região sudeste	5.078.301	48,45
Região centro-oeste	1.252.881	11,57
Região sul	1.710.468	15,80
Exterior	364.784	3,37
Total	<u>10.658.583</u>	<u>100,00</u>

f. Níveis de concentração de risco

	Jun/14	
	R\$	%
Maior devedor individual	196.408	1,84
10 Maiores devedores	1.090.349	10,23
20 Maiores devedores	1.604.906	15,06
50 Maiores devedores	2.618.286	24,57
100 Maiores devedores	3.774.877	35,42
Maior devedor grupo econômico	307.913	2,89

g. Distribuição dos prazos por carteira - por parcela

g.1 Vencimentos carteira comercial

	Jun/14	
	R\$	%
Até 03 meses	2.547.954	33,14
De 03 meses a 01 ano	2.551.853	33,19
Acima de 01 ano	2.285.451	29,72
Vencidos a partir de 15 dias	304.198	3,95
Total	7.689.456	100,00

g.2 Vencimentos trade finance

	Jun/14	
	R\$	%
Até 03 meses	864.581	39,87
De 03 meses a 01 ano	1.162.999	53,62
Acima de 01 ano	140.270	6,47
Vencidos a partir de 15 dias	781	0,04
Total	2.168.631	100,00

g.3 Vencimentos crédito pessoal consignado

	Jun/14	
	R\$	%
Até 03 meses	83.149	10,39
De 03 meses a 01 ano	217.926	27,22
Acima de 01 ano	490.089	61,22
Vencidos a partir de 15 dias	9.332	1,17
Total	800.496	100,00

h. Cessão de crédito

h.1 Cessão de crédito interbancário

No semestre o BICBANCO realizou operações de cessão de crédito consignado com a sua controlada, Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº. 3.533/08, que determinou novos critérios para reconhecimento contábil e classificação das operações de cessão de crédito, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2012, as referidas cessões foram classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de risco e benefícios” pelo valor presente de R\$ 126.324, e o valor registrado como obrigações por operações vinculadas a cessão é de R\$ 147.251. O resultado no montante de R\$ 20.927, será reconhecido na cedente “*pro rata temporis*” pelo prazo de cada contrato cedido. As cessões estão sujeitas a aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

h.2 Cessão de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios

No semestre o BICBANCO realizou operações de cessão de crédito na modalidade “capital de giro” para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo I, II e Aberto. Os preços das cessões correspondem aos saldos contábeis dos créditos, que totalizam R\$ 157.153. Consequentemente, não houve resultado nas referidas cessões. Conforme estabelecido na Resolução nº. 3.533/08 do BACEN, as referidas cessões foram classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de risco e benefícios”. As operações de crédito cedidas estão sujeitas a aplicação da Resolução nº 2.682/99, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

h.3 Cessão de crédito para securitizadora de crédito (empresa ligada)

No primeiro semestre de 2014 não houve cessão para securitizadora de crédito. No primeiro semestre de 2013, foram cedidas operações de crédito de capital de giro classificadas como “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, que estavam integralmente provisionadas, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 12.121. Adicionalmente, foram vendidas operações de créditos já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 21.039. As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos.

Os resultados apurados à época foram revertidos na consolidação com a recomposição da provisão sobre a carteira de crédito aberta na data

h.4 Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada

No semestre foram cedidas operações de créditos, com transferência substancial dos riscos e benefícios no montante de R\$ 19.276 para pessoas jurídicas não integrantes do sistema financeiro nacional (não ligadas), gerando resultado negativo no montante de R\$ 168. Adicionalmente, foram vendidas operações de créditos já baixadas para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 425.

i. Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil da controlada é representado pelo seu respectivo valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas como segue:

	Jun/14
Arrendamento a receber	307.036
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(303.589)
Bens arrendados	576.591
Superveniência de depreciação	148.323
Depreciação de bens arrendados	(292.466)
Perdas em arrendamento mercantil a amortizar	5.384
Valor residual antecipado	(119.407)
(=) Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	<u>321.872</u>
Adiantamento a fornecedor	<u>-</u>
Total carteira de arrendamento mercantil	<u>321.872</u>

9 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Movimentação da provisão

	Jun/14
Saldo inicial	528.134
Constituição	327.731
Reversão	(21.195)
Subtotal	834.670
Baixas	(112.804)
Saldo final	<u>721.866</u>
Recuperação de créditos lançados a prejuízo	8.021
Créditos renegociados no período	216.256
Percentual da provisão sobre a carteira de créditos	6,77

b. Composição da provisão por tipo de operação

	Jun/14
Capital de giro e descontos	422.174
Contas garantidas	15.802
Crédito pessoal consignado	19.534
Comprar	1.837
Cheque empresarial	1.983
Financiamentos à importação	10.507
Financiamentos à exportação	19.312
Financiamentos rurais e agroindustriais	89
Financiamentos imobiliários e habitacionais	8
Financiamento de máquinas e veículos pesados	6.114
Crédito a pessoas físicas	9.686
Outros	134.631
Operações de crédito	<u>641.677</u>
Fiança honrada	3.863
Devedores por compra de valores e bens	3.201
Títulos e créditos a receber	35.894
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	17.124
Outros créditos	<u>60.082</u>
Operações de arrendamento mercantil	20.107
Total	<u>721.866</u>

c. Composição da provisão por níveis de risco

Nível de risco	Jun/14		
	Base de cálculo	Provisão	%
AA	4.429.799	-	41,57
A	2.966.262	14.832	27,83
B	1.092.389	10.922	10,25
C	763.661	22.910	7,16
D	362.177	36.218	3,40
E	278.720	83.614	2,61
F	286.644	143.321	2,69
G	229.593	160.711	2,15
H	249.338	249.338	2,34
Total	<u>10.658.583</u>	<u>721.866</u>	<u>100,00</u>

10 Carteira de câmbio

	Jun/14
Ativo	
Câmbio comprado a liquidar	1.065.462
Direitos sobre vendas de câmbio	22.169
Adiantamentos recebidos em moeda nacional	(13.289)
Rendas a receber adiantamentos sobre contrato câmbio	27.260
Total	<u>1.101.602</u>
Passivo	
Câmbio vendido a liquidar	21.584
Importação financiada - câmbio contratado	(12.598)
Obrigações por compras de câmbio	1.094.500
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.077.787)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	107
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	1
Total	<u>25.807</u>

11 Outros créditos - Diversos

	Jun/14
Adiantamentos e antecipações salariais	4.892
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1.801
Créditos tributários diferidos (nota 29.a)	752.870
Devedores por compra de bens a prazo	154.614
Devedores por depósitos em garantia	227.701
Tributos a compensar e recuperar (*)	87.056
Pagamentos a ressarcir	3.833
Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão de crédito	3.966
Títulos e créditos a receber (**)	217.596
Devedores diversos - país	21.258
Total	1.475.587

- (*) Contempla: R\$ 54.845 de IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, R\$ 17.425 de saldo credor de IRPJ e CSLL apurados em DIPJ e R\$ 1.074 de IRRF incidente sobre juros sobre capital próprio e tributos retidos por órgãos públicos. A compensação do IRRF sobre remessa de juros a Agência de Cayman, ocorreu de forma regular até o exercício de 2011. Com o objetivo de garantir e acelerar a compensação do referido IRRF, a Administração tem empreendido alterações em sua estratégia de negócios, incrementando a geração de resultados elegíveis àquela compensação, de forma a evidenciar a sua viabilidade num prazo de tempo razoável, evitando assim quaisquer ajustes no seu valor contábil.
- (**) Inclui valores a receber por aquisição de ativos financeiros de operações de crédito sem transferência substancial de riscos e benefícios.

12 Outros valores e bens

a. Bens não de uso

São representados principalmente por bens recebidos em liquidação de operações de crédito.

A Administração efetuou análise para perda por redução ao valor recuperável, que resultou no registro da provisão para desvalorização mencionada no quadro abaixo:

	Jun/14
Imóveis	351.943
Veículos e afins	11.268
Máquinas e equipamentos	27.044
Material em estoque	514
Outros	-
Subtotal	390.769
Provisão p/ desvalorização de outros valores e bens	(28.101)
Total	362.668

b. Despesas antecipadas

Referem-se substancialmente às despesas pagas antecipadamente, diferidas por conta da obtenção de benefícios pelo valor pago durante mais de um exercício, compostas por despesas com captações de recursos no exterior e comissões pagas a correspondentes bancários, por conta da originação de operações de empréstimos e financiamentos, as quais serão reconhecidas em despesas efetivas, segundo o prazo das operações contratadas, ou quando da baixa da operação em decorrência de pré-pagamento ou baixa para perda.

13 Ativo permanente

a. Investimento

Vide detalhamento dos investimentos em controladas e controladas em conjunto na Nota Explicativa 15.

b. Imobilizado de uso

	Taxas Depr. %	Custo Jun/14	Provisão para perda Jun/14	Depreciação acumulada Jun/14	Valor líquido Jun/14
Terrenos	-	3.913	-	-	3.913
Edificações	04	156.315	(212)	(47.103)	109.000
Máquinas e equipamentos de uso	10	20.188	(886)	(9.105)	10.197
Sistema de processamento de dados	20	13.186	(707)	(11.451)	1.028
Sistema de transporte	20	4.374	-	(3.142)	1.232
Sistema de comunicação	10	2.812	(911)	(1.193)	708
Sistema de segurança	10	1.535	(39)	(482)	1.014
Total		<u>202.323</u>	<u>(2.755)</u>	<u>(72.476)</u>	<u>127.092</u>

c. Ativos intangíveis

c.1 Classe dos ativos intangíveis

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por:

	Taxas Amortização %	Jun/14		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares (*)	20	8.180	(4.400)	3.780
Ágio (**)	10	105.191	(47.872)	57.319
Total		<u>113.371</u>	<u>(52.272)</u>	<u>61.099</u>

c.2 Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	Bicbanco Consolidado			
	Dez/13 Saldo inicial	Adições	Baixas	Jun/14 saldo final
Softwares (*)	3.340	1.940	(1.500)	3.780
Ágio (**)	63.038	-	(5.719)	57.319
Total	<u>66.378</u>	<u>1.940</u>	<u>(7.219)</u>	<u>61.099</u>

(*) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

(**) Ágio apurado na aquisição da Sul Financeira, em 03 de novembro de 2009, correspondente à soma do valor pago na transação com o montante do patrimônio líquido negativo, resultou no valor de R\$ 105.191. O referido ágio está suportado em projeções de resultados, que consideram efeitos da sinergia identificada na realização de operações de varejo de forma conjunta entre BICBANCO e Sul Financeira, consubstanciados em laudo de avaliação, elaborado por empresa especializada. A expectativa de realização do ágio é de 10 anos, e a amortização periódica considera os valores positivos na forma de equivalência patrimonial, em observância à regulamentação do BACEN.

d. Ativo diferido

		Jun/14			
	Taxas de amortização anual	Custo	Amortização acumulada	Provisão para perda	Valor líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%	32.132	(32.132)	-	-
Instalação e adaptação de dependência	20%	11.754	(11.754)	-	-
Perdas em arrendamentos a amortizar (*)	Diversos	8.566	(3.182)	-	5.384
Total		52.452	(47.068)	-	5.384

(*) Diferimento do prejuízo apurado na liquidação de contratos de arrendamento, para amortização no restante de 70% do prazo de vida útil normal do bem.

14 Dependência no exterior

Na data do balanço as operações conduzidas pela Agência em Cayman Islands apresentavam: patrimônio líquido de R\$ 203.253 e ativos totais de R\$ 822.011. Os saldos contábeis foram convertidos pela cotação do dólar de balanço, divulgado pelo BACEN.

15 Participações em controladas e coligadas no país

As principais informações das sociedades controladas diretas e em conjunto pelo Banco são assim demonstradas:

Nome da empresa	Número ações/cotas possuídas	%participação	Patrimônio líquido	Lucro/ prejuízo líquido	Jun/14	
					Equivalência patrimonial	Valor contábil investimentos
BIC Arrendamento Mercantil S.A.	180.920.168	100%	224.228	4.937	4.937	224.228
BIC DTVM S.A.	14.223.228	100%	16.326	435	435	16.326
BICBANCO Adm. Cartão de Crédito Ltda	3.670.000	100%	7.348	16	16	7.348
Sul Financeira S.A. CFI.	116.405.774	100%	133.035	5.721	5.721	190.353
BrasilFactors	62.931	40%	10.783	(1.337)	(536)	4.313
Total					10.573	442.568

16 Transações com partes relacionadas

a. Partes relacionadas

O Banco e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no Consolidado do Conglomerado Prudencial.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

**Banco Industrial e Comercial S.A e
empresas controladas e assemelhadas**
*Demonstrações financeiras consolidadas em
30 de junho 2014*

	Jun/14	
	Ativos / (passivos)	Receitas / (despesas)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.231.472	56.146
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	253.005	12.507
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	978.467	43.639
Cotas de Fundo de Investimentos - FIDC	17.451	336
BRASILFactors	17.451	336
Operações de Cessão de Crédito	283.477	46.324
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	-	-
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	126.324	46.321
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC's (nota 8.h2.)	157.153	-
Outros Créditos - Diversos	-	-
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	-	-
Depósitos à vista	(6.269)	-
BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(15)	-
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(1.969)	-
BIC Administradora de Cartões de Crédito S/C Ltda. (a)	(1.670)	-
BIC Corretora de Câmbio e Valores S.A. (a)	(15)	-
BRASILFactors (a)	-	-
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	(512)	-
Golden Key Participações e Empreendimentos Ltda. (b)	(53)	-
Primus Holding S.A. (c)	-	-
Gemini Holding S.A. (c)	-	-
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(576)	-
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(1.459)	-
Depósitos de poupança	(68)	(12)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(68)	(12)
Depósitos a prazo	(185.490)	(9.672)
BIC Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (a)	(11.385)	(599)
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(136.438)	(6.748)
BIC Corretora de Câmbio e Valores S.A. (a)	(5.033)	(265)
BIC Administradora de Cartões de Crédito S/C Ltda. (a)	(18.617)	(1.101)
BRASILFactors (a)	(2.531)	(163)
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros Ltda. (b)	(6.347)	(527)
Golden Key Participações e Empreendimentos Ltda. (b)	(1.202)	(39)
Gemini Holding S.A. (c)	-	-
Primus Holding S.A. (c)	-	(1)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(3.937)	(229)
Operações compromissadas	(74.120)	(3.659)
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	(69.020)	(3.090)
Sul Financeira S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(5.100)	(569)
Debentures	(2.306)	(124)
BRASILFactors (a)	(2.306)	(124)
LCA	(3.693)	(288)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(3.693)	(288)
LCI	(35.926)	(1.965)
Controladores e pessoal-chave da Administração (c)	(35.926)	(1.965)
Prestação de serviços	-	60
BIC Arrendamento Mercantil S.A. (a)	-	60

A saber:

- (a) Controladas e Coligadas - Direta
- (b) Controladas e Coligadas - Indireta
- (c) Controladores e Pessoal Chave da Administração

a.1 *Dos vencimentos e taxas das operações*

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 104% e as pré-fixadas às taxas médias de 10,02%; as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 10,90% e possuem vencimento em 01 de julho de 2014, com lastro superior a dois anos. As operações de LCA foram realizadas com taxas de 100,00% do CDI e possuem vencimento final em até 02 anos. As operações de LCI foram realizadas com taxas de 99,98% do CDI e possuem vencimento final em até 02 anos. Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 105,00% do CDI, diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 03 anos. As informações referentes às cessões de crédito, com partes relacionadas, estão incluídas na nota 8h.

b. *Remuneração do pessoal-chave da Administração - BICBANCO Consolidado*

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima agregada para os Administradores membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria, bem como é definido teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício.

A partir de 01 de janeiro de 2012, teve início a vigência da Resolução CMN nº 3.921/10, a qual determinou estrutura mínima de remuneração variável a ser paga a Administradores de Instituições Financeiras, com a seguinte delimitação: 50% da remuneração variável poderá ser paga em dinheiro; 10% da remuneração variável deverá ser paga em ações do BICBANCO, com deliberação e disponibilidade imediata; e 40% da remuneração variável deverá ser paga em ações do BICBANCO com a disponibilidade diferida proporcionalmente por 03 anos consecutivos, condicionada ao cumprimento, em cada um daqueles anos, das metas individuais, de equipe e Corporativas estabelecidas em Plano específico, que vincule o pagamento de remuneração variável ao efetivo desempenho positivo da instituição. O BICBANCO efetuou pagamento de remuneração no primeiro semestre de 2014 no montante de R\$ 2.402 - (jun/13 R\$ 1.086) relativas ao exercício de 2013 e 2012, seguindo as disposições da Resolução nº 3.921/10, relativamente a pagamento em dinheiro e pagamento em ações. O efeito contábil está registrado em participações no lucro, de acordo com os limites estatutários.

b.1 *Benefícios de curto prazo - Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria*

	Jun/14
Remuneração fixa	8.634
Remuneração variável	7.536
Outros	936
Total	<u>17.106</u>

b.2 *Benefícios pós-emprego*

O BICBANCO não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

b.3 *Benefícios de longo prazo*

O BICBANCO não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

b.4 Outras informações

Conforme legislação em vigor, o BICBANCO não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
- Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau;

Dessa forma, não são efetuados pelo BICBANCO empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria e seus cônjuges e parentes até o 2º grau.

b.5 Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária:

	Jun/14		
	Participações		
	Diretas	Indiretas	Total
Ações Ordinárias	34,70%	58,15%	92,86%
Ações Preferenciais	23,35%	3,71%	27,06%
Total de Ações			68,74%

17 Depósitos

a. Composição por tipo de cliente

Cliente	Jun/14				
	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. interfinanceiro	Dep. poupança	Total
Pessoas jurídicas	203.123	3.705.179	-	1.736	3.910.038
Pessoas físicas	18.501	360.135	-	12.433	391.069
Investidores institucionais	-	2.719.902	-	-	2.719.902
Instituições financeiras	702	27.106	300.368	-	328.176
Total	222.326	6.812.322	300.368	14.169	7.349.185

(*) Do montante de R\$ 6.812.322 de depósito a prazo, R\$ 3.256.283 tem garantia especial do FGC - DPGE, de acordo com a Resolução CMN nº 3.692/09.

b. Distribuição por prazos de vencimento

Vencimento	Jun/14				
	Dep. à vista	Dep. a prazo (*)	Dep. Interfinanceiro	Dep. poupança	Total
Sem vencimento	222.326	-	-	14.169	236.495
Até 03 meses	-	1.046.438	31.087	-	1.077.525
De 03 meses a 01 ano	-	1.977.433	92.645	-	2.070.078
De 01 a 03 anos	-	3.674.828	121.785	-	3.796.613
De 03 a 05 anos	-	113.623	-	-	113.623
De 05 a 15 anos	-	-	54.851	-	54.851
Total	222.326	6.812.322	300.368	14.169	7.349.185

(*) Dos títulos de depósitos a prazo com vencimento acima de um ano, o montante de R\$ 829.902, refere-se a captações em depósito a prazo com compromisso de liquidez, e está registrado na CETIP S.A.- Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e foi classificado no Passivo Circulante no Balanço Patrimonial.

c. Número de depositantes / investidores

Depositantes/investidores	Jun/14
Depósitos à vista (contas ativas)	6.098
Depósitos de poupança	884
Depósitos a prazo	2.260

d. Concentração dos principais depositantes - depósitos a prazo

Depositantes	Jun/14	
	R\$	%
Maior depositante	455.201	6,68
10 Maiores depositantes	1.229.334	18,05
20 Maiores depositantes	1.652.499	24,26
50 Maiores depositantes	2.300.824	33,77
100 Maiores depositantes	3.131.879	45,97

18 Captações no mercado aberto e recursos de letras emitidas

a. Captações no Mercado Aberto

Estão representadas por compromissos de recompra de títulos a preços fixos com liquidação em 01 de julho de 2014 e lastreados por NTN-B com vencimento entre agosto de 2014 e agosto de 2016.

b. Recursos de Letras Emitidas

São compostos por Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Letras Financeiras - LF e Letras de Crédito Imobiliário - LCI.

b.1 Composição por tipo de cliente

Cliente	Jun/14		
	LCA	LF	LCI
Pessoas jurídicas	102.016	21.850	200
Pessoas físicas	208.917	2.574	183.088
Investidores institucionais		5.926	
Instituições financeiras	35.785	138.276	7.169
Total	346.718	168.626	190.457

b.2 Distribuição por prazos de vencimento

Cliente	Jun/14		
	LCA	LF	LCI
Até 3 meses	224.038	8.500	62.875
De 03 meses a 01 ano	83.546	103.330	82.468
De 01 a 03 anos	22.696	56.796	45.114
De 03 a 05 anos	16.438		
Total	346.718	168.626	190.457

19 Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

São representadas basicamente por emissão de títulos no mercado internacional, para repasses, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 5,13% a.a., cujos vencimentos estão assim distribuídos:

Vencimento	Jun/14	
	R\$	%
Até 03 meses	18.166	2,04
De 03 meses a 01 ano	43.418	4,89
De 01 a 03 anos	827.223	93,07
Total	888.807	100,00

20 Debêntures - Emissões de não autorizadas

a. BrasilFactors S.A

Em 06 de fevereiro de 2013 a BrasilFactors S.A. (empresa controlada em conjunto), emitiu 10 (dez) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas escriturais, da espécie quirografária, em série 001 BRFA11, relativas à 1ª emissão, no valor de R\$ 10.000, com vencimento para 16 de novembro de 2014 e remuneração correspondente a 115% (cento e quinze por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, calculada e divulgada pela CETIP. Respeitando a participação de 40% no consolidado, as debêntures apresentam a seguinte posição contábil:

	Jun/14
Quantidade emitida	4
Posição líquida	4
Valor de emissão atualizado	1,146
Valor contábil	<u>4,585</u>

Em 15 de maio de 2013 a Bic Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., adquiriu 5 (cinco) das debêntures da BrasilFactors S.A. demonstrada no quadro acima, segue abaixo a posição para efeito de consolidação no BICBANCO:

	Jun/14
Quantidade adquirida	5
Posição líquida	5
Valor contábil da eliminação	<u>2,293</u>

b. Fenix Companhia Securitizadora de Crédito Financeiros

A Fênix Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros emitiu 50.000 debêntures divididas em 2(duas) séries de 25.000 debêntures cada uma. Somente a 1ª série (25.000 debêntures) foram subscritas.

Em 28 de junho de 2013 a Fênix Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros emitiu 50.000 (cinquenta mi) debêntures subordinadas, sob a forma nominativa, escritural e sem emissão de cautelas ou certificados, divididas em duas séries de 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures cada e valor unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).O vencimento das Debêntures ocorrerá nos dias 03 de julho de 2015, da 1ª série e 02 de setembro de 2015, da 2ª série.As debêntures farão jus a juros remuneratórios, a partir da data de emissão, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário, correspondente a 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia.

	Jun/14
Quantidade emitida	25.000
Posição líquida	20.000
Valor de emissão atualizado	1,043,10
Valor contábil	<u>20,862</u>

21 Empréstimos e repasses do exterior

Referem-se à captação de recursos para financiamento à importação e à exportação e repasses de órgãos multilaterais, sobre os quais incidem encargos fixos à taxa média de 2,33% a.a.. Os vencimentos estão assim distribuídos:

	Jun/14	
Vencimento	R\$	%
Até 03 meses	479.045	22,78
De 03 meses a 01 ano	1.422.712	67,67
De 01 a 03 anos	144.139	6,85
De 03 a 05 anos	25.165	1,20
Acima de 05 anos	31.456	1,50
Total	2.102.517	100,00

22 Obrigações por repasses do País

Representada por repasses do Ministério da Agricultura na modalidade FUNCAFÉ com prazos de vencimento até outubro 2014 e Ministério das Cidades nas modalidades PSH - Programa Social de Habitação e PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, sem vencimento.

23 Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias

	Jun/14
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	53
Provisão para Impostos e contribuições sobre lucro	15.798
Impostos e contribuições a recolher	16.344
Provisão para imposto de renda diferido	59.559
Provisão para passivos de natureza tributária (*)	596.545
Total	688.299

(*) Referem-se a “obrigações legais e passivos contingentes” (nota 24).

24 Contingências e obrigações legais

O BICBANCO e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

a. Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes contabilizados.

b. Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

c. Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

- c.1 CSLL x Isonomia:** pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para

15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. **O valor envolvido está sendo depositado em juízo.**

- c.2 COFINS x Lei nº 9.718/98:** pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98.
- c.3 PIS x Lei nº 9.718/98:** pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98.
- c.4 PIS - Emenda Constitucional nº 10/96:** pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44 da Lei nº 4.506/64, no art. 12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226 do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- c.5 PIS - Emenda Constitucional nº 17/97:** pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 25/11/97 e 23/02/98, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 23/02/98 a contribuição ao PIS na forma da Lei Complementar nº 7/70.

d. Passivos contingentes classificados como perda possível

d.1 Processos fiscais e previdenciários

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

- **IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior** - valor envolvido R\$ 10.455: pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do art. 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares nº 2.269/92 e nº 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. **O valor envolvido foi depositado em juízo.**
- **ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87** - valor envolvido R\$ 15.939: pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. **O valor envolvido foi depositado em juízo.**

- **PDD / 1994** - valor envolvido R\$ 18.978: pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da Lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.
- **INSS - Diferenças de Recolhimentos** - valor envolvido R\$ 15.446: apuradas em processo de fiscalização, foram incluídas no Refis IV da Lei nº 11.941/2009, na modalidade de pagamento à vista, mediante conversão de depósito judicial em renda da União Federal. **O valor envolvido foi depositado em juízo.**
- **INSS - Participação nos Lucros dos Administradores** - valor envolvido R\$ 64.249: pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10/10/2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do Art. 7º, XI, da Constituição Federal e Art. 28, § 9º, da Lei nº 8.212/1991.
- **INSS - Aviso Prévio Indenizado** - valor envolvido R\$ 1.069: pleiteia afastar a exigência do INSS incidente sobre as verbas pagas aos empregados, a título de Aviso Prévio Indenizado, em face da natureza jurídica de indenização, portanto não sujeita a contribuição para a Seguridade Social prevista no Art. 22º, inciso I, e no Art. 28º, da Lei nº 8.212/1991.

Em 20 de junho de 2014 foi publicada a Lei nº 12.996/14 (conversão da MP 638/2014), já alterada pela MP 651/2014, que dentre outras disposições, reabriu o Parcelamento Especial instituído pela Lei nº 11.941/2009, para débitos fiscais federais vencidos até 31/12/2013, cujo prazo para adesão se encerra no dia 25/08/2014. A administração do BICBANCO, em conjunto com seus assessores legais, está avaliando os impactos referentes ao assunto para uma oportuna tomada de decisão a respeito da referida Lei.

d.2 *Processos trabalhistas*

O BICBANCO possui 98 processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 16.006. Existem 123 processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 49.654, que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 15.818. As contingências tem relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

d.3 *Processos cíveis*

O BICBANCO possui 2.873 processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 38.181. O BICBANCO possui 624 processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 778.977, os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 313.924. As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.

e. Movimentação das provisões para “obrigações legais” e “passivos contingentes”, classificados como perda provável

Descrição	Bicbanco Consolidado				
	Dez/13	Adição	Reversão	Utilização	Jun/14
Cíveis	34.837	5.746	(1.257)	(1.145)	38.181
Trabalhistas	13.522	4.490	(275)	(1.731)	16.006
Subtotal	48.359	10.236	(1.532)	(2.876)	54.187
Fiscais e previdenciárias	Dez/13	Adição	Reversão	Atualização	Jun/14
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 em diante	110.665	-	-	4.212	114.877
PIS - Receita Bruta Operacional - EC nº 10/96	11.446	-	-	149	11.595
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	60.860	2.215	(100)	2.205	65.180
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	374.786	14.226	-	14.326	403.338
ISS - Serviços Não Tributados (LC nº 56/87)	947	-	-	448	1.395
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	347	-	(188)	-	159
Subtotal	559.051	16.441	(288)	21.340	596.544
Total	607.410	26.677	(1.820)	18.464	650.731

Para as contingências acima descritas o BICBANCO depositou em garantia (nota 11 - Outros Créditos - Diversos) o montante de R\$ 8.479 - processos Cíveis, R\$ 13.263 - processos Trabalhistas e R\$ 205.887 - processos Fiscais.

25 Outras obrigações - Diversas

	Jun/14
Cheques administrativos	17.054
Credores por antecipação de valores residuais	119.407
Obrigações por aquisição de bens e direitos	12.711
Provisão para pagamentos a efetuar	29.381
Provisão para passivos contingentes (a)	54.187
Credores diversos - país	144.244
Obrigações específicas de controladas não sujeitas ao Bacen	22.706
Total	399.690

(a) Refere-se à provisão para processos trabalhistas, cíveis (nota 24e).

26 Captações e empréstimos no exterior

a. Dívida subordinada

Esta representada por captações que compõem o Capital de Nível II nos cálculos dos limites operacionais, conforme segue:

Captação	Valor	Emissão	Vencimento	Valor de emissão	Tx Juros (a.a.)	Jun/14
CDB Subordinado	R\$ 200.000	03/11/2009	04/11/2019	200.000	100% taxa Selic	306.270
Eurobonds	US\$ 300.000	20/04/2010	27/04/2020	529.153	8,50%	546.333
LOAN Subordinado	US\$ 32.000	21/06/2010	15/12/2017	52.093	7,31%	71.548
Total - Nível II PR						<u>924.151</u>

27 Resultado de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

28 Patrimônio líquido

a. Ações

O capital social do banco aprovado é de R\$ 1.434.206 e está dividido em 252.903.569 ações nominativas, sendo 160.206.833 ordinárias e 92.696.736 preferenciais, sem valor nominal.

Em 22 de abril de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de capital de R\$ 1.434.206 para R\$ 2.012.810 mil, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação do saldo das reservas de lucros no montante de R\$ 578.604 mil. Em 30 de junho de 2014, o referido aumento de capital encontra-se pendente de homologação pelo BACEN.

O capital social apresentado no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Mutações do Patrimônio líquido, têm a seguinte composição:

Empresa	Capital Social	Capital Social Consolidado
Banco Industrial e Comercial S/A. (*)	2.012.810	1.777.428
Bic Corretora de Câmbio e Valores S/A.	183.493	183.493
Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros	14.619	14.619
Total		1.975.540

(*) O capital consolidado do Banco Industrial e Comercial S/A. está reduzido pelas participações da Bic Corretora de Câmbio e Valores S/A e somando com o capital da Fênix Securitizadora de Créditos Financeiros.

b. Ações em tesouraria

A Administração do BICBANCO, através das deliberações provenientes das reuniões do Conselho de Administração, autorizou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011 a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

1. As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;
2. No período de 01/01/2011 a 31/12/2011 o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.
3. O valor de mercado das ações em 30 de junho de 2014 era de R\$ 7,55.

No primeiro semestre, o BICBANCO transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações) e 2012 (173.834 ações), mediante entrega de ações, de acordo com a Resolução nº 3.921/10, no montante de R\$ 2.402 ao custo médio de 7,82. (Ver nota explicativa 16.b).

A movimentação das ações em Tesouraria pode ser observada conforme abaixo:

Descrição	<u>Jun/14</u>	
	Em R\$ mil	Nº de ações
Recompra de ações (4º programa)	57.507	6.705.706
Pagamento em ações - Resolução nº 3.921/10	(2.402)	(307.188)
Saldo Final em 30/06/2014	<u>55.105</u>	<u>6.398.518</u>

c. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

Em 2014 não foram provisionados ou pagos juros sobre capital próprio.

d. Reservas

- **Reserva legal** - Constituída a base de 5% sobre o lucro líquido, limitada a 20% do capital social.
- **Reserva estatutária** - Constituída pela destinação de valores remanescentes dos lucros líquidos de períodos encerrados, deduzidos das constituições de reserva legal, dos dividendos e dos juros sobre capital próprio, e tem por finalidade reforçar o capital social e de giro do Banco mediante acumulação de lucros remanescentes não distribuídos aos acionistas.

29 Imposto de renda e contribuição social

a. Créditos tributários

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, registrados no BICBANCO - Realizável a Longo Prazo - Outros créditos diversos, apresentaram a seguinte movimentação no período:

Bicbanco Consolidado				
Descrição	Dez/13			Jun/14
Imposto de Renda	Saldo inicial	Realizações	Adições	Saldo final
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	197.696	(71.181)	80.298	206.813
Provisão para desvalorização de bens não de uso	4.807	(395)	3.429	7.841
Provisão para contingências e outras	139.359	(5.531)	17.889	151.717
Subtotal	341.862	(77.107)	101.616	366.371
Prejuízo fiscal	69.985	(3.772)	41.316	107.529
Subtotal	411.847	(80.879)	142.932	473.900
Contribuição Social				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	110.343	(42.403)	47.993	115.933
Provisão para desvalorização de bens não de uso	2.883	(237)	2.057	4.703
Provisão para contingências e outras	83.616	(3.316)	10.732	91.032
Subtotal	196.842	(45.956)	60.782	211.668
Base negativa da CSLL acumulada	42.287	(918)	25.919	67.288
Subtotal	239.129	(46.874)	86.701	278.956
Total	650.976	(127.753)	229.633	752.856

- Realização dos créditos tributários** - com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. Para os créditos tributários existentes na data do balanço, foram estimados os seguintes percentuais de realização: 14,6% até dezembro de 2014, 26,8% até dezembro de 2015, 21,2% até dezembro de 2016, 6,5% até dezembro de 2017, 29,6% até dezembro de 2018, 0,2% até dezembro de 2019, 0,2% até dezembro de 2020, 0,2% até dezembro de 2021, 0,2% até dezembro de 2022 e 0,5% até dezembro de 2023. Importante ressaltar que o referido estudo de realização do crédito tributário foi elaborado a partir de premissas da atual Administração do Banco e não considera eventuais alterações na estratégia de negócios do Banco, que poderão ser implementadas após a efetivação da mudança de seu controle acionário, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1. A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da realização de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução nº 3.355/06, do Banco Central do Brasil. Nesse contexto, o registro contábil dos créditos tributários só pode ser efetuado se comprovada a ocorrência dessa situação em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízos fiscais nos dois últimos exercícios sociais (2012 e 2013), porém a condição de não registro dos créditos tributários estará superada, caso sejam apurados lucros tributáveis a partir do exercício fiscal de 2014, inclusive, ou após a efetivação da mudança do controle acionário descrito na Nota Explicativa n. 1, quando terá início novo ciclo histórico de lucratividade fiscal para períodos de 5 anos, a partir desta data.

A Administração acredita que os esforços empreendidos na geração de lucros tributáveis futuros, conforme evidenciado no estudo técnico anteriormente mencionado, serão suficientes a suportar a manutenção do registro dos créditos tributários.

- **Valor presente dos créditos tributários** - com base na taxa SELIC projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam, aproximadamente, R\$ 577.197.

b. Passivo diferido

O BICBANCO possui registrado R\$ 22.353 a título de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajuste positivo do MTM dos Títulos Públicos e Derivativos que, serão realizados durante o prazo das operações com títulos e valores mobiliários e derivativos reconhecidos a valor justo.

A BIC Arrendamento Mercantil possui registrada R\$ 37.081 a título de imposto de renda diferido sobre superveniência de depreciação, que será realizado durante o prazo das operações de arrendamento.

	Bicbanco Consolidado			
	Dez/13			Jun/14
Passivo diferido	Saldo inicial	Realizações	Adições	Saldo final
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	13.933	(13.933)	22.353	22.353
IR sobre Superveniência de depreciação	40.313	(3.387)	155	37.081
Total	54.246	(17.320)	22.508	59.434

c. Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Bicbanco Consolidado	
	Jun/14	
Apuração	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(217.699)	(217.699)
(-) Participações nos lucros	(7.867)	(7.867)
Base de cálculo	(225.566)	(225.566)
Adições temporárias	413.316	412.067
Adições permanentes	80.824	72.957
Exclusões	(385.010)	(397.724)
Lucro Real e Base de Cálculo da CSLL (Acumulado 2014)	(116.436)	(138.266)
(+) Resultado Fiscal negativo das empresas consolidadas	165.264	172.793
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	(15.088)	(6.120)
Lucro Real e Base de Cálculo IR e CSLL	33.740	28.407
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CSLL	5.061	4.261
Adicional de 10% de IR	3.362	
Impostos correntes	8.423	4.261
Conciliação do resultado		
Impostos correntes	8.423	4.261
Imposto de Renda e CSLL Diferido	2.030	3.157
(=) Provisão IR e CSLL (2014)	10.453	7.418
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(103.329)	(61.810)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e base negativa CSLL)	(41.316)	(25.919)
Realização do crédito tributário (s/ Reversão de adições temporárias)	77.107	45.956
Realização do crédito tributário (s/ Compensação prejuízo fiscal e base negativa CSLL)	3.772	918
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(63.766)	(40.855)
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	53.313	33.437

30 Composição das principais contas de resultado

a. Resultado de operações de crédito

	Jun/14
Capital de giro e descontos	525.001
Contas garantidas	71.551
Crédito pessoal consignado	43.107
Compror	1.230
Cheque empresarial	17.125
Financiamentos à importação	7.550
Financiamentos à exportação	43.947
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.067
Financiamentos imobiliários e habitacionais	139
Financiamentos de máquinas e veículos pesados	30.545
Resolução 63 (atual Resolução nº 2.770)	351
Vendor	344
Crédito a pessoas físicas	10.719
Outros empréstimos e financiamentos	18.468
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	8.316
Variação cambial sobre créditos em moeda estrangeira	(12.320)
Total	<u>769.140</u>

b. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Jun/14
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	42.396
Resultado de títulos renda fixa	89.782
Outras operações com títulos e valores mobiliários	2.180
Variação cambial	284
Total	<u>134.642</u>

c. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	Jun/14
Mercado futuro - dólar	(2.046)
Mercado futuro - DI	(4.895)
Resultado de compra/venda de opções de ações	119
Resultado de compra/venda de opções flexíveis	11
Swap	(40.651)
Variação cambial - Swap	(113.032)
Termo de moedas	7.889
Total	<u>(152.605)</u>

d. Resultado de câmbio

	Jun/14
Rendas de operações de câmbio	32.284
Despesas de operações de câmbio	(1.721)
Variações cambiais	(56.036)
Total	<u>(25.473)</u>

e. Despesas de captação no mercado

	Jun/14
Depósitos de poupança	492
Títulos e valores mobiliários no exterior	56.393
Depósitos interfinanceiros	16.326
Depósitos a prazo	372.627
Operações compromissadas	1.951
Despesas de juros sobre debêntures	1.326
Despesas de letras do agronegócio - LCA	13.612
Despesas de letras financeiras - LF	12.283
Outras	27.015
Variação cambial sobre títulos emitidos no exterior	(86.006)
Total	<u>416.019</u>

f. Despesas (receitas) com empréstimos, cessões e repasses

	Jun/14
Repasses Funcafé/BNDES	1.500
Despesas de obrigações com banqueiros no exterior	28.775
Variações cambiais sobre empréstimos e repasses	(99.396)
Total	<u>(69.121)</u>

g. Outras receitas operacionais

	Jun/14
Recuperação de encargos e despesas	3.445
Remuneração de recursos recolhidos ao BACEN	94
Rendas de títulos de crédito e por venda de bens	8.598
Atualização de depósitos em garantia	3.418
Reversão de contingências fiscais	187
Reversão de provisões operacionais	606
Outras rendas operacionais	17.122
Total	<u>33.470</u>

h. Outras despesas operacionais

	Jun/14
Descontos concedidos em antecipações e renegociações	28.027
Constituição/Reversões de provisões trabalhistas e cíveis	9.724
Despesas de atualização - contingências fiscais e previdenciárias	18.409
Comissões crédito consignado	30.468
Programa de remuneração e retenção de funcionários	14.325
IOF sobre operações de câmbio próprias	2.061
Outras despesas	35.604
Total	<u>138.618</u>

i. Despesas de pessoal

	Jun/14
Salários	68.417
Benefícios	10.922
Encargos sociais	22.008
Honorários da diretoria	8.706
Outros	555
Total	<u>110.608</u>

j. Outras despesas administrativas

	Jun/14
Despesas de aluguéis e taxas	14.025
Despesas de comunicações	2.212
Despesas de manutenção e conservação	3.790
Despesas de processamento de dados	8.488
Despesas de promoções e relações públicas	1.613
Despesas de propaganda e publicidade	1.141
Despesas de serviços do sistema financeiro	6.459
Despesas de serviços de terceiros	28.000
Despesas de transportes e viagens	2.530
Despesas de amortização e depreciação	16.686
Outras despesas	11.544
Total	<u>96.488</u>

k. Despesas tributárias

Referem-se substancialmente às contribuições federais para PIS e COFINS que atingiram montante de R\$ 20.539.

l. Resultado não operacional

Refere-se a basicamente a baixa de bens próprios e provisionamentos para ajuste ao valor de realização de bens ou outros ativos não operacionais.

31 Acordo da Basileia

O Banco está enquadrado nos limites de requerimento de Capital ou “Índice de Basileia”, estabelecidos inicialmente pela Resolução nº 2.099/94 do CMN, com alterações introduzidas pelas Resoluções nº s 3.444/07, 3.490/07; e Circulares nº s 3.360/07 e 3.644/13.

Em 1º de março de 2013 o BACEN editou um conjunto de 4 Resoluções e 15 circulares, conhecido por “Basileia III”, que estabeleceu novos requerimentos de capital para as instituições financeiras operantes no sistema bancário brasileiro, dentre elas a Resolução nº 4.192/13 que impôs medidas de impacto sobre a metodologia de cálculo do Patrimônio de Referência, em vigor desde Outubro/2013, especialmente no tratamento dos créditos tributários e do Capital de Nível II composto no caso do BICBANCO, de dividas subordinadas, conforme detalhadas na nota explicativa nº 26a.

	Basileia III Jun/14
Calculo do índice de Basileia	
Patrimônio de Referência Nível I	1.788.860
- Capital Principal	1.788.860
Patrimônio de Referência Nível II	739.321
- Divida Subordinada	739.321
Patrimônio de referência	2.528.181
Risco de Crédito	1.412.416
Risco de Mercado	79.073
Risco Operacional	172.101
Ativos ponderados pelo risco - RWA	1.663.590
Índice de Basileia	16,72%
Índice de Capitalização Nível I	11,83%
Índice de Capitalização Nível II	4,89%

32 Demonstrativo do limite de imobilização

	Jun/14
Limite	1.264.090
Situação	137.860
Margem	1.126.231
Índice de imobilização	5,45%

33 Avais e Fianças prestadas

- a. As responsabilidades por avais e fianças prestadas montam R\$ 2.431.038 e apresentam a seguinte concentração:

	Jun/14	%
Maior tomador de fiança	135.963	5,59
10 Maiores fianças	678.320	27,90
20 Maiores fianças	1.041.657	42,85
50 Maiores fianças	1.558.815	64,12

- b. As responsabilidades por avais e fianças honradas representam o montante de R\$ 6.642 e estão classificadas na carteira de crédito de acordo com a Resolução nº. 2.682/99 do BACEN (nota 8a).

34 Estrutura de gerenciamento de risco

O gerenciamento de riscos do Banco permite que os riscos inerentes sejam devidamente identificados, mensurados, mitigados e controlados, visando suportar o desenvolvimento sustentado das atividades e o contínuo aperfeiçoamento da gestão de riscos.

O Banco centralizou o gerenciamento dos riscos Socioambientais, Mercado, Crédito, Liquidez, Operacional e Gestão de Capital com o objetivo de potencializar a eficiência de seus controles. Isso resulta em uma visão global das exposições a que o Banco está sujeito pela própria natureza de suas atividades, o que permite aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas, assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas para a área e aperfeiçoar a identificação dos riscos que possam afetar essa estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos.

Atendendo à Resolução nº 3.988 de 30 de junho de 2011 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a estrutura de Gerenciamento de Capital encontra-se implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definição da estrutura organizacional, aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro. Existe política institucional e processos definidos com os procedimentos e sistemas necessários à efetiva implantação da estrutura de Gerenciamento de Capital.

Da mesma forma, atendendo à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a estrutura de Gerenciamento de Liquidez foi estabelecida e implantada. Foi aprovada pelo Conselho de Administração a nomeação do diretor responsável e definida a estrutura organizacional aplicável a todo o conglomerado financeiro e demais empresas integrantes do consolidado econômico financeiro, bem como aprovadas as políticas institucionais para o gerenciamento de liquidez.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios da Banco. A gestão de riscos está em linha com as diretrizes definidas pelo Banco Central e abrange todas as empresas controladas.

As políticas de gestão de riscos do BICBANCO destinam-se a suportar a formulação do apetite ao risco, guiar os colaboradores e constituir procedimentos para monitorar, controlar, dimensionar e reportar os riscos à Diretoria Executiva. O envolvimento da Alta Administração com as questões de gestão de riscos ocorre por deliberações dos seus órgãos de administração, definidos, estatutariamente, como Conselho de Administração, Diretoria Executiva e os Comitês. A estrutura de governança garante uma gestão efetiva dos riscos. O gerenciamento de riscos do Banco é realizado por decisões colegiadas, apoiando-se em Comitês específicos. A Diretoria de Governança Corporativa compõem-se, dentre outros, de departamentos direcionados para a gestão do risco socioambiental, mercado, do risco de crédito, do risco operacional, de liquidez e gestão de capital. Essas áreas suportam os Comitês de Riscos, de Controles Internos, Operacional e Financeiro que analisam e definem estratégias e ações dentro de sua área de atuação.

Os comitês e os órgãos gestores de controles e de riscos dão suporte ao desenvolvimento e buscam a minimização de perdas ao adotar uma visão integrada centralizada. Têm como meta a automação e a formação da base de dados para o gerenciamento e a modelagem de riscos, baseada em dados históricos de perdas e evolução dos controles.

- I. Os controles mitigadores dos riscos possibilitam que os limites possam ser definidos previamente, considerando o perfil e os aspectos estratégicos e operacionais de cada unidade.
- II. Os limites ao risco consideram de forma ampla os valores que o Banco se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos, e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos, que por sua vez influenciam a cultura e o modo de atuação do Banco. Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

I. Riscos que o banco se expõe

Na condução de suas operações, o BICBANCO está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

1. Risco externo

É o risco relacionado a fatores externos e que não estão sob controle do Banco.

2. Riscos financeiros

2.1 Risco de crédito

Representado pela possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

2.2 Risco de mercado

Representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros do Banco, uma vez que suas carteiras ativas e passivas apresentam descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

2.3 *Risco de liquidez*

Representado pelo descasamento no fluxo de caixa, decorrentes de dificuldade de se desfazer rapidamente de um ativo ou de se obter recursos, impossibilitando a liquidação de posições ou gerando responsabilidades em aberto.

3. *Riscos Não Financeiros*

3.1 *Risco operacional*

Representado pela perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Estratégico e o de Imagem.

3.2 *Risco socioambiental*

Dizem respeito aos riscos próprios e de seus clientes e fornecedores no que tange ao impacto social e ambiental de suas atividades. São convenientemente monitorados, já que estes aspectos podem interferir no desempenho do cliente e acarretar risco de crédito mais elevado. Por outro lado, podem referir-se ao tratamento dado pelas empresas clientes ao ambiente e à sociedade divergentes dos valores adotados pelo Banco, o que pode ocasionar risco de imagem e de reputação.

4. *Risco estratégico*

É o risco de perda resultante de processos ou tomada de decisões que impactem a sobrevivência, crescimento ou obtenção de vantagem competitiva do Banco. O Banco dispõe de instrumentos e sistemas que permitem o monitoramento do resultado das ações e propiciam às pessoas a capacidade de reagir de forma rápida e incisiva quando se defrontam com um risco de grande magnitude, porém, ainda mais importante e eficaz, é a capacidade que têm de se antecipar ao risco e desenvolver um plano de minimização de impactos e de transformá-los de antemão.

II. *Gestão de riscos*

A Política de Gerenciamento de Risco do BICBANCO define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento dos Riscos.

O Banco designou o Diretor de Controladoria responsável pela Estrutura de Riscos perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

Gestão do Risco de Mercado

O Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado é responsável pela manutenção e atualização anual da Política e estrutura da área. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado advindos das atividades comerciais e tesouraria do Banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por quatro principais tipos de medidas: posições (stalepositions), sensibilidades (PV01), testes de estresse e o “Value-at-Risk” (incluindo testes de aderência e validações).

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do BICBANCO. O monitoramento e controle das posições do banco, não se limita apenas ao cálculo do seu valor de mercado, mas reconhece uma sensibilidade adequada à real exposição aos diversos fatores de risco do banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco torna melhor o monitoramento e análise das exposições.

Instrumentos para a Gestão do Risco de Mercado

Análise de Cenários

O Banco se utiliza de análises de cenários para testes de estresse, que são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do BICBANCO em situações de eventos extremos. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam. Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido existente com o volume demandado por cenários de estresse, incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Por outro lado, também se faz necessário a utilização de cenários analisados no passado, que podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos, quando eventos similares acontecem.

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira do banco. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de juros do banco, visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas ou ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

Com o intuito de medir a perda potencial em uma carteira devido a eventos extremos (baixa probabilidade) de mercado o Banco se utiliza do teste de estresse. A realização desses testes pela área de risco de mercado atende tanto às políticas globais do Banco quanto as exigências das autoridades reguladoras. Os testes de estresse são uma importante ferramenta para complementar o modelo primário de medida de risco (VaR).

A área de risco de mercado é responsável pela definição e revisão da metodologia interna utilizada para os testes de estresse, realização e monitoramento periódicos dos testes de estresse e elaboração dos relatórios de resultados dos testes. Também é responsável pela realização e definição dos parâmetros utilizados nos testes de estresse exigidos pelas autoridades reguladoras.

Value-at-Risk

O Value-at-Risk (valor em risco ou VaR) é uma importante ferramenta de gerenciamento de risco utilizada internamente e também utilizada para fins de cálculo de capital regulatório. Ele representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um

determinado período de tempo (holding period). Os parâmetros empregados no cálculo do VaR podem variar de acordo com o perfil das posições que estão sendo analisadas.

Back testing

Back testing é um método utilizado na avaliação da qualidade do modelo de VaR utilizado pelo Banco. O método compara os resultados previstos pelo modelo de VaR com os resultados efetivos calculados pelas diferenças de preços de ativos e passivos marcados a mercado (P&L). Sua função é medir a capacidade de previsão de perdas potenciais do modelo de VaR sob condições normais de mercado, dado um determinado nível de confiança. Caso o P&L exceda o VaR temos um *outlier*, caso a quantidade de *outliers* supere o nível de confiança, o modelo é revisado.

O Banco, por intermédio da área de governança corporativa, tem como prática a utilização do *Back Testing* na validação e aderência do modelo de Value-at-Risk nas carteiras.

Limites

Os limites de risco de Mercado são importantes formas de controle utilizados para assegurar que as exposições estejam de acordo com o apetite de risco definidos. O Comitê Financeiro define limites de VaR tanto para a carteira *Trading* quanto para a carteira *Banking*, além de limites específicos destas, quando submetidas a estresse, e compara os diversos fatores de risco aos quais o Banco possa estar exposto. O tipo de limite a ser definido e monitorado será previamente determinado pela área de risco de mercado.

A área de risco de mercado é responsável por garantir que todas as exposições aos fatores de risco estejam de acordo com os limites previamente estabelecidos e aprovados. O monitoramento das posições, independente da classificação das operações, e os resultados da Carteira *Trading* é obtido diariamente.

Cabe à área de risco de mercado apontar os excessos de limites de risco para um determinado fator de risco ao Comitê Financeiro, que deverá tomar as providências necessárias para a adequação da exposição, conforme política interna do Banco. Os limites de risco de mercado são revisados anualmente pelo Comitê Financeiro.

Em conformidade às políticas do Banco e aos normativos do BACEN que regem o assunto (Resolução nº 3.464 e Circular nº 3.354), as operações são divididas entre as carteiras de negociação (*trading*) e *banking* segundo o seguinte princípio básico:

- **Carteira de Negociação (*trading*):** consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação de sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços efetivos ou esperados, ou realização de arbitragens.
- **Carteira *Banking*:** formada pelas operações que não estejam classificadas na carteira de negociação.

O processo de classificação de operações é definido pela área de negócios no momento da realização das operações.

Principais Riscos de Mercado Geridos

1. Risco de taxas de juros

O Banco e suas controladas utilizam recursos gerados por meio de suas atividades operacionais e, em especial, pela captação de recursos de clientes. Para complementarem suas necessidades de caixa, o Banco e suas controladas obtêm recursos substancialmente indexados à variação do CDI e é nessa possibilidade de flutuação que reside o risco em relação à taxa de juros. Para mitigar esse efeito, o Banco e suas controladas adotam a política de emprestar e financiar clientes preferencialmente em operações também indexadas ao CDI. Apenas o spread desses negócios está exposto à volatilidade do CDI, que poderá influenciar os resultados e lucro, se houver flutuações significativas.

2. Risco de taxa de câmbio (cupom cambial e dólar à vista)

A estratégia de gestão do risco cambial tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrentes de variação na cotação das moedas. Para tanto, o risco cambial é neutralizado e os investimentos são remunerados em reais, por meio de utilização de instrumentos financeiros derivativos.

O Banco adota a política de não gerar exposição relevante em moedas estrangeiras que exija capital para sua cobertura, em consonância com a sua principal atuação de negócios, que é a concessão de crédito. As posições de ativos e passivos do Banco estão em sua grande parte *em hedge* natural, em vista de suas aplicações e captações estarem indexadas ao CDI. Da mesma forma, as captações internacionais são protegidas através de *hedge* efetuado com derivativos apropriados.

A utilização de derivativos como swaps e contratos futuros de dólar têm o propósito de anular ou minimizar perdas cambiais com uma desvalorização acentuada do Real (R\$) perante as moedas estrangeiras. Após o *hedge*, essas operações permanecem casadas em termos de valor, prazos e moedas, trocando a exposição cambial inicial dos empréstimos pela exposição ao CDI. O Banco cuida para que os vencimentos das operações e seus *hedges* ocorram simultaneamente.

3. Risco de bolsa (BM&FBOVESPA)

Advém da posição da Tesouraria na sua carteira de *trading* e que pode conter posições em ações e futuros que apresentem riscos de volatilidade e, conseqüentemente, de impacto nos resultados.

4. Risco de inflação

Decorre de posições de títulos ou empréstimos realizados e indexados a índices de preços, cujo *hedge* é imperfeito ou inexistente. A política de exposição aos riscos não permite grandes impactos mesmo em cenário adverso, considerando todos os fatores de risco já mencionados. O Banco realiza seus negócios com *gaps* mínimos entre ativos e passivos, além de realizar *hedge* de suas operações em relação aos indexadores CDI, taxas de câmbio e inflação. Desta forma, não se espera que uma eventual volatilidade venha a alterar sobremaneira os resultados.

Gestão do Risco Operacional

Os riscos operacionais são revisados ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com suas estratégias e do apetite ao risco. A governança do risco operacional é exercida pelos gestores, área de governança corporativa e riscos do Banco. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa à redução da probabilidade de

erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

O cálculo da exposição ao risco operacional é mensalmente calculada e ajustada segundo a estratégia de atuação e o apetite ao risco determinado para o momento.

Gestão do Risco de Crédito

O BICBANCO possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações no Banco. Difere, portanto os conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

O Banco aprimora constantemente as metodologias e ferramentas usadas para avaliar as variáveis sociais e ambientais em seu processo de concessão de crédito para mitigar eventuais riscos associados a capacidade de pagamento e *default* de investimentos. Por isso, tem previsto políticas e instrumentos que possibilitam a suspensão da operação, antecipação do vencimento de contratos e a aplicação de penalidades limitantes.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721/09 e ao acordo da Basileia, refletido pelas circulares e resoluções recentemente emitidas pelo BACEN, que preveem um alinhamento com as recomendações internacionais no que diz respeito ao nível mínimo de capital.

Ferramentas de rating para avaliação do risco de Crédito

O cálculo de risco de uma carteira com contratos contendo risco de crédito é feito principalmente através de uma medida estatística chamada CreditValue-at-Risk (VaR de crédito). O VaR com nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima esperada que um portfólio pode sustentar em 99% dos casos, desconsiderados os eventos raros cuja probabilidade de ocorrência é de apenas 1% ($100\% - 99\% = 1\%$), ou seja a quantidade de eventos cuja probabilidade de perda da carteira ultrapasse o valor do VaR é 1%.

Os resultados são obtidos com a utilização da metodologia de simulação de Monte-Carlo. Trata-se de uma metodologia onde os eventos de crédito são simulados em um ambiente computacional para um número muito grande de vezes e os valores das perdas, para cada um dos cenários simulados, armazenadas e agrupadas estatisticamente em uma coleção de onde são calculados diretamente os valores em risco para cada um dos níveis de confiança.

Trata-se de uma metodologia atuarial que não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo BICBANCO com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente o componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de *default* aos vencimentos dos contratos. A metodologia de cálculo é sensível ao fato que contratos com vencimentos mais longos possuam maior risco de crédito do que contratos com vencimentos mais curtos.

A escala de risco é representada por uma escala numérica de 01 a 22 (1=menor risco e 22=maior risco), agrupa as empresas em classes homogêneas de risco, indica o grau de risco da empresa analisada e a respectiva probabilidade de inadimplência. A escala adotada apresenta 19 classes ativas e 03 indicativas de *default* e a indicação da probabilidade de inadimplência associada a cada classe de risco, que oferece a medida objetiva do grau de risco.

O cálculo do LGD (*loss given default*, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

35 Outras informações

- a. O Banco possui 37 pontos de atendimento no País e uma agência no Exterior. O quadro de funcionários está distribuído conforme abaixo:

	Jun/14
Operacional	
Comercial	215
Captação	7
Subtotal	222
Suporte e Controle	
Administrativo	336
Jurídico/Auditoria	27
Controladoria	86
Informática	108
Outros	9
Subtotal	566
Total	788

- b. Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais

O BICBANCO é tomador de garantias junto aos organismos internacionais IDB (Inter-American Development Bank), IFC (International Finance Corporation) e devedor por empréstimos obtidos junto ao IIC (Inter-American Investment Corporation), IDB (Inter-American Development Bank) e IFC (Internacional Finance Corporation), DEG (Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft Mbh) e Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique.) para repasses a empresas brasileiras, com prazos que vão de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e trimestralmente aferidos pelos credores mencionados.

Abaixo uma seleção dos principais índices comuns à maioria dos contratos referidos.

Jun/14	Requerido
Capitalização (Basileia)	≥ 11%
Ativos Fixos + Investimentos Patrimoniais sobre “PR”	≤ 30%
Ativos Líquidos sobre Obrigações de Curto Prazo	≥ 80%
“PR” sobre total de ativos	≥ 6%
Créditos em atraso sobre Operações de Crédito	≤ 6%
Provisão Dev. Duvidosos sobre Créditos em Atraso	≥ 100%
Créditos D-H + Dações - Provisões sobre “PR”	≤ 25%
Créditos E-H + Dações - Provisões sobre “PR”	≤ 13%
Maior devedor sobre “PR”	≤ 20%
10 maiores devedores de um décimo do PR, sobre “PR”	≤ 350%
Despesas Operacionais sobre Resultado Operacional	≤ 75%
Exposição Cambial por moeda sobre “PR”	≤ 15%
Exposição Cambial agregado de moedas sobre “PR”	≤ 25%
Gap de liquidez de 90 dias em R\$	> 0
Índice (%) de Gap de liquidez de 90 dias, sobre “PR”	> 0
Índice de risco de taxa de juros sobre “PR”	[-10% ; 10%]
Índice agregado de risco de taxa de juros sobre “PR”	[-20% ; 20%]
Gap de vencimento negativo por moeda sobre “PR”	≥ -250%

c. Benefícios pós-emprego a empregados

O BICBANCO não mantém nenhum plano específico de benefícios a empregados, com exigência de contribuições definidas ou responsabilidades como patrocinador.

d. Seguros

O Banco adota uma política de proteção a riscos, segundo a relevância dos montantes envolvidos e a Administração considera suficientes os valores globais dos seguros contratados.

e. Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	Jun/14
Disponibilidades	303.136
Aplicações no mercado aberto	936.953
Aplicações em moedas estrangeiras	13.621
Total	<u>1.253.710</u>

f. Contratos de troca de fluxos financeiros - Swaps vinculados a Ações preferenciais do Banco

Conforme Fato Relevante divulgado em 11 de maio de 2012, foi informado aos acionistas e ao mercado em geral que o BICBANCO celebrou contratos de troca de fluxos financeiros - Swaps, com o Goldman Sachs do Brasil Banco Múltiplo S.A, no valor total de até R\$ 100.000 (cem milhões de reais), com prazo de até dois anos, equivalentes, de um lado à variação das ações preferencias - BICB4 e de outro lado, contra uma taxa equivalente à variação do CDI acrescida de uma taxa prefixada. Na data do balanço o prêmio do Swap a receber representa montante de R\$ 13.319. O valor de referência dessas operações em 30 de junho de 2014 é de R\$ 59.175.

g. Alterações decorrentes da MP nº 627/13

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973/14, que converteu a Medida Provisória nº 627/13. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e;
- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS.

A referida lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

36 Evento subsequente

A Companhia celebrou na qualidade de Interviente o Contrato de Compra e Venda de Ações, firmado em 31.10.2013 entre China Construction Bank Corporation (CCB) “Comprador”, e as suas acionistas controladoras “Vendedoras”, com objetivo de aquisição de forma direta e indireta pelo CCB, das ações representativas de 72% do capital social total da Companhia.

Verificadas as condições precedentes, previstas contratualmente, dentre elas a conclusão de uma reorganização societária, a publicação de Decreto Presidencial e a Aprovação pelo BACEN em julho de 2014, a operação foi concluída na data de 29.08.2014, com a aquisição pela CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda. (CCB Holding), subsidiária do CCB, das ações representativas do controle acionário do Banco Industrial e Comercial S/A - BICBANCO e suas subsidiárias.

Por meio de Assembleia Geral Extraordinária dos Acionistas, realizada em 01.09.2014, o acionista controlador CCB Holding elegeu 3 representantes para o Conselho de Administração do Banco, um deles exercerá o cargo de Presidente daquele colegiado. Na mesma data, por meio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, foram eleitos, por orientação da CCB Holding, 5 novos membros para Diretoria Executiva, dentre os quais um exercerá cargo de Presidente da Diretoria, dois serão Vice Presidentes e dois serão Diretores sem designação. Todos aguardarão homologação do Banco Central do Brasil para a efetiva posse nos cargos. A Governança Corporativa da Companhia será exercida pelos membros remanescentes da Administração anterior, sendo 3 integrantes do Conselho de Administração e 4 Diretores Estatutários, todos plenamente na condição de administradores independentes.

Portanto, a partir da transferência do controle acionário as operações do BICBANCO estão sendo conduzidas no contexto operacional de seu novo Controlador, e incluirá a consistência das políticas internas, praticas operacionais, estimativas contábeis, entre outros, com o objetivo de adequá-las ao seu plano de negócios. Nesse contexto a nova administração procedeu a alterações nas políticas de crédito para alcançar um alinhamento com suas práticas e critérios adotados pelo novo Controlador e tendo como indutores da revisão e reavaliação das políticas a

consideração dos seguintes aspectos julgados relevantes: a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de ratings de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de ratings, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do rating de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar postura mais conservadora no cálculo das provisões para perdas em operações de crédito, respeitadas as condições mínimas requeridas pela Res. 2682/99 do BACEN. Como resultado das mudanças na Política de Crédito e fatos novos ocorridos no mês de setembro de 2014, foram reduzidos o resultado do período e o patrimônio líquido, através do incremento nas provisões para perdas na realização dos créditos, pelo montante aproximado de R\$ 305.418 líquidos dos efeitos tributários.

De acordo com a regulamentação vigente, a CCB Holding em 01 de setembro de 2014 submeteu a apreciação e aprovação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pedido de registro de oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia detidas pelos acionistas minoritários, com vistas a futuro cancelamento de seu registro de Companhia aberta.